Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

SOLIDARIEDADE

Mensal | Julho 2019 | Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 243

COMPROMISSO DO ESTADO COM O SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO 2019-2020

Acordo reforça cooperação em 3,5%

COMUNICADO

CNIS tranquiliza IPSS e famílias quanto ao Ensino Pré-escolar

BRAGANÇA

«Nas Asas da União» é o lema da viatura doada pelo Aeroclube

OVAR

AFPA promove acompanhamento social e o cuidar de quem cuida

RCBE

Registo Central com prazos limite dilatados para o último trimestre

Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico. Autorização DEO/415/204004/DCN Mensário da CNIS

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS EDIÇÕES V N Gaia TAXA PAGA PORTUGAL

José Leirião
Membro da CNIS

Reflexões sobre "O Futuro do Trabalho"

As megatendências (Inteligência Artificial, Robotização, industria 4.0 e 5.0 e as diferentes realidades, e outras já vividas por todos nós no dia a dia, por exemplo a nível da mobilidade) têm preocupado a humanidade em geral, interrogando-se de como vai ser o seu futuro.

Desde a OCDE, União Europeia, Organização Internacional do Trabalho (OIT) Organizações empresariais, Governos, Empresas, Trabalhadores, têm procurado acompanhar esta transformação imparável suscitando dúvidas de quem vai vencer a luta pela hegemonia e comandar o futuro: **os humanos ou os robots**? Quantos milhões de postos de trabalho irão ser eliminados até 2030, ano em que se pensa estas alterações irão estar implementadas na generalidade e que ocupações serão destinadas aos humanos? Os robots vão pagar impostos? Como vão ser suportadas as reformas dos reformados e os milhões de desempregados e suas famílias?

A procura por robots industriais acelerou consideravelmente nos últimos anos, como resultado dos continuados avanços tecnológicos em sistemas de automação e inteligência artificial. No final de 2015 existiam cerca de 1.6 milhões de robots. Nos países desenvolvidos estima-se que em média, existem 14 robots por cada 1000 trabalhadores.

Com efeito, a utilização de robots, tem o potencial de trazer largos ganhos de produtividade, e por isso aumentar procura agregada e criar novos postos de trabalho, mas esse efeito positivo na sociedade depende de quanto justa for a distribuição dos ganhos de produtividade criados pelo crescimento económico. Fazer com que os avanços das novas tecnologias tenham um carácter e uma efectividade tão inclusiva quanto possível, requer investimentos consideráveis na actualização de competências em formação, de forma atempada para assegurar uma transição suave e efectiva dos empregos actuais para os novos empregos.

Há poucos dias atrás a OIT fez cem anos e o tema orientador foi: **Uma agenda centrada no factor humano para um futuro de trabalho decente.**

Algumas das recomendações foram as seguintes:

a) Inúmeras oportunidades existem ao nosso dispor para melhorar a qualidade de vida no trabalho, aumentar as oportunidades e possibilidades de escolha e de melhorar as diferenças com base no género, e reverter os danos causados pelas desigualdades a nível global.

b) Direito universal à aprendizagem ao longo da vida que permita às pessoas adquirir novas competências, requalificação e elevar as suas competências.

c) Uma agenda transformativa e mensurável para a igualdade de género.

d) Gerir as transformações tecnológicas para impulsionar o trabalho decente,

e) Aumentar investimentos nos sectores da assistência social, economia verde e rural.

f) Rendimento mínimo universal para todos.

Os desafios provocados pelas novas tecnologias, as alterações climáticas e a demografia requerem uma resposta colectiva global para as rupturas que estão causando no mundo e no desenvolvimento industrial do trabalho. Com este propósito, a União Europeia, no final de 2018, elaborou uma Recomendação dirigida aos Estados Membros cujo objectivo é a elaboração de **um plano coordenado** para a introdução da Inteligência Artificial em todos os Estados Membros, no sentido de evitar que alguns Estados Membros fiquem para trás.

Que efeitos estas transformações terão nas IPSS?

As IPSS terão de elaborar um plano estratégico com base em propostas de mudança inovadoras, isto é o desafio da inovação social, como por exemplo:

Todo o sector social solidário deve integrar um grupo de trabalho que identifique as novas necessidades e respectivas respostas decorrentes do elevado desemprego que irá ocorrer até 2030. Que respostas devem existir para estas pessoas, como vão ser financiadas? Como vai responder o sector social solidário? E o Estado?

Aumentar a qualidade de vida dos mais seniores através do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicações que ajudem a uma maior autonomia das pessoas mais seniores

Este é um tema que requer reflexões e propostas de respostas atempadas de forma a evitar convulsões sociais, mais desigualdade e aumento significativo da pobreza. O Sector Social Solidário deve estar na linha da frente na avaliação e procura das respostas adequadas em conjunto com o Estado.

CERIMÓNIA DECORREU NO FINAL DE JUNHO

CNIS recebe medalha de mérito nos 90 anos da Misericórdia de Gaia

A celebrar 90 anos de existência, a Santa Casa da Misericórdia de Gaia tem cumprido um vasto programa de celebrações que teve a sessão solene no final de junho.

Depois de uma eucarística presidida pelo bispo do Porto, D. Manuel Linda, a sessão solene, que decorreu no pavilhão Oliveira Lopes, foi palco para a entronização de novos irmãos, a homenagem aos trabalhadores com 25 anos de casa, a apresentação de novos voluntários e a atribuição de medalhas de mérito.

Neste particular, destaque para a distinção atribuída à CNIS e que foi recebida na cerimónia pelo padre Lino Maia, presidente da Confederação.

A sessão solene contou ainda com a conferência «Misericórdias: do compromisso das 14 obras aos desafios da atualidade», por Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Compromisso de Cooperação

1. A importância estratégica do setor social e solidário foi assumida pelo Estado desde há várias décadas, tendo sido assinado em 1996 o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, enquanto instrumento que visava "criar condições para o desenvolvimento da estratégia de cooperação entre as instituições do setor social, que prosseguem fins de solidariedade social, a Administração Central e as Administrações Regional e Local". O Estado, que constitucionalmente já tinha assumido a função da protecção social dos seus cidadãos como sua obrigação, então, fez o que devia ser feito: estrategicamente, decidiu apoiar-se em quem já estava presente muito antes dele em todo o território nacional, em quem já sabia e sabe fazer o que faz e em quem já fazia e faz com menores custos e com maior qualidade.

Com a celebração do Pacto, o Estado e os representantes das instituições sociais, comprometeram-se a cooperar entre si com vista a alcançar determinados objetivos, designadamente o "desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado, contribuindo para a cobertura equitativa do país em serviços e equipamentos sociais" e a "otimização dos recursos disponíveis, de modo a possibilitar melhores prestações sociais, assente na relação custo / benefício / qualidade dos serviços", tendo sido assumido o compromisso de que a formalização do "modelo de relacionamento" entre o Estado e as instituições sociais se concretizaria através da celebração de acordos de cooperação.

Em particular, desde aquela década de noventa, verificou-se um alargamento significativo da rede de equipamentos sociais, assumindo o terceiro setor um papel fundamental na prossecução das respostas sociais, assumindo uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas. E, tendo também por base os dados da Carta Social, conclui-se que as IPSS têm equipamentos para crianças, jovens e idosos em 70,76% do número total de freguesias do Continente e que em 27,16% do número total de freguesias do Continente as IPSS são as únicas entidades que lá têm equipamentos de apoio social. São as Associações, Cooperativas e Fundações de Solidariedade Social, as Casas do Povo, Misericórdias e Mutualidades, os Centros Sociais Paroquiais e Institutos de Organização Religiosa, que estão presentes por todo o território nacional e que são responsáveis por todo um importante serviço de protecção social nas comunidades.

Sucessivamente, através de Protocolos de Compromisso anuais e, mais recentemente, através de Protocolos de Compromisso bienais, tem vindo a ser regulado o modelo de relacionamento entre o Estado e essas mesmas instituições sociais.

2. O Compromisso de Cooperação para 2019-2020 foi firmado no dia 11 de Julho pelos três Ministérios (Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Saúde e Educação) e pelas quatro Organizações representativas do Sector Social e Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confecoop e CNIS).

Para além de atualizar a comparticipação pública em 3,5%, consagra iniciativas em matéria de flexibilização na ocupação das vagas, calendariza avaliações e regulamentações e, entre outras medidas adequadas à realidade e que permitem às Instituições uma melhor gestão, introduz um clausulado com incidência legal mais claro e respeitador na Cooperação, estabelece um sistema de serviço partilhado de apoio às Instituições e, finalmente, e não menos importante, introduz um cursor de estabilidade e previsibilidade que, sem recurso ao Orçamento do Estado, será certamente bem importante na manutenção e aprofundamento da necessária transparência no Sector e na fundamental assunção da sua sustentabilidade.

3. O contexto em que o Protocolo foi negociado era complexo: havia quem difundisse dúvidas sobre se o Estado não estaria a demitir-se das suas funções, transferindo para as Instituições as suas obrigações. Pairavam nuvens de dúvidas que se adensavam sobre a sustentabilidade das Instituições. Engrossavam persistentes queixas de Instituições sobre algumas atuações de serviços do Estado. E, confundindo a árvore com a floresta, alguma comunicação social resvalava na tentação de hipervalorizar o que eventualmente poderia ser negativo e ignorava um todo globalmente muito positivo.

As quatro organizações representativas do Sector (União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confecoop e CNIS) coordenaram-se entre si. Viram, ouviram e respeitaram. E, lembrando que ainda persistem caminhos não suficientemente percorridos no sentido do respeito pela autonomia e pela sustentabilidade das Instituições, as organizações representativas sentem que foram respeitadas.

É consabido que há reptos que se destacam no devir próximo de Portugal: como o sejam a coesão territorial, a promoção de condições que apoiem a natalidade e serviços que proporcionem um envelhecimento com qualidade e, enquanto possível, com atividade útil. Nestes desafios, as boas políticas têm encontrado e continuarão a encontrar nas Instituições parcerias estratégicas.

Também as boas opções que urge fazer por um território mais coeso, mais ordenado e mais igual encontrarão nas Instituições de Solidariedade parceiros insubstituíveis e instrumentais...

REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO

IPSS com novos prazos para o cumprimento da obrigação legal

No passado dia 28 de junho, foi publicada, no Diário da República, a Portaria nº 200/2019, que altera os prazos para a declaração inicial das entidades sujeitas ao Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), passando o termo desses prazos a ser agora até 31 de outubro para as entidades sujeitas a registo comercial (o que inclui, em princípio, as cooperativas de solidariedade social) e até 30 de novembro de 2019 para as demais entidades (o que inclui, em princípio, associações de solidariedade social, fundações de solidariedade social, associações mutualistas, irmandades da Misericórdia, institutos de organizações ou instituições da Igreja Católica).

Estas alterações prendem-se com a eventual aplicabilidade às IPSS da obrigatoriedade de proceder ao Registo de Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei nº 83/2017, de 18 de agosto, da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, e da Portaria nº 233/2018, de 21 de agosto.

Como foi tornado público, em abril e junho, A CNIS havia solicitado à ASAE que determinasse a dispensa do cumprimento dessa formalidade por parte das IPSS, uma vez que a informação pública que com tal procedimento se pretende assegurar já é garantida, no que respeita às IPSS, pelo registo dos titulares dos órgãos sociais, na Direcção-Geral da Segurança Social.

Pela mesma altura, a CNIS solicitou igualmente à Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, que funciona junto do Ministério das Finanças, que explicitasse se as IPSS deveriam considerar-se incluídas na definição de organização

sem fins lucrativos, para os efeitos do artº 145º, 2 da Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto.

Se desta última entidade ainda não se conhece resposta, já a ASAE remeteu à CNIS a resposta ao pedido de clarificação que lhe fora enviado, confirmando o entendimento que a CNIS vem defendendo, ou seja, que "é mister a Comissão de Coordenação das Políticas

de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo definir previamente que tipo de entidades deve ser abrangido pela qualificação de organizações sem fins lucrativos, para os efeitos do capítulo X da Lei nº 83/2017,

de 18 de agosto".

Este mesmo aspeto é invocado como fundamento para a prorrogação dos prazos no texto introdutório da Portaria nº 200/2019, de 28 de junho.

A propósito desta temática, a CNIS, para um melhor esclarecimento das instituições, forneceu algumas indicações úteis, a partir das disposições legais aplicáveis a este procedimento, designadamente da Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto, que "Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo …", da Lei nº 89/2017, de 21 de Agosto, que "Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo …" e da

Portaria nº 233/2018, de 21 de agosto, que "Regulamenta o

Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo aprovado pela Lei nº 89/2017, de 21 de agosto" e que aqui damos conta.

"Os modelos de formulário para o cumprimento das obrigações subjacentes ao Regime Jurídico do RCBE são disponibilizados no sítio na Internet da área da justiça, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico do RCBE, após despacho do presidente do conselho diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)" – artº 2º da Portaria nº 233/2018, de 21 de Agosto.

Por outro lado, "a autenticação no RCBE é efetuada através de serviços de autenticação segura que permitam à pessoa singular confirmar a sua identidade no serviço do RCBE disponível no sítio na Internet da área da justiça, sendo os seguintes os meios de autenticação admitidos: a) O certificado digital do cartão de cidadão; b) A Chave Móvel Digital; c) O certificado de autenticação profissional, no caso dos advogados, notários e solicitadores; d) O sistema de autenticação da AT, no caso dos contabilistas certificados; e) O Sistema de Certificação de Atributos Profissionais, nos termos do n.º 5 do artigo 546.º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, as entidades sujeitas ao Regime Jurídico do RCBE devem efetuar o registo através da autenticação individual do seu representante, utilizando para o efeito um dos meios de autenticação referidos.

Já a autenticação dos contabilistas certificados "efetua-se exclusivamente no sítio na Internet da área das finanças, no qual lhes é disponibilizado o acesso ao RCBE, nos termos a definir em protocolo a celebrar entre a AT e o IRN".

No que respeita a quem tem legitimidade para declarar, surgem os membros dos órgãos de administração das sociedades ou as pessoas que desempenhem funções equivalentes noutras pessoas coletivas e ainda pessoas singulares que atuem nas qualidades referidas anteriormente.

Sem prejuízo da legitimidade estabelecida para os membros dos órgãos de administração das sociedades, "a declaração do beneficiário efetivo pode sempre ser efetuada pelos membros fundadores das pessoas coletivas através de procedimentos especiais de constituição imediata ou online".

No entanto, por representação, a declaração pode ainda ser efetuada por: Advogados, notários e solicitadores, cujos poderes de representação se presumem; Contabilistas certificados, em decorrência da declaração de início de atividade ou quando estiver associada ao cumprimento da obrigação de entrega da Informação Empresarial Simplificada.

No que concerne ao conteúdo da declaração, esta deve conter a informação relevante sobre: A entidade sujeita ao RCBE; a identificação dos gerentes, administradores ou de quem exerça a gestão ou a administração da entidade sujeita ao RCBE; os beneficiários efetivos; e o declarante.

A CNIS lembra ainda que algumas Uniões Distritais de IPSS encontram-se a colaborar com as respetivas associadas no procedimento de declaração para efeitos do RCBE, sugerindo ainda que, nas regiões ou distritos em que tal não se verifique, o recurso a um advogado ou um solicitador da instituição, ou ao respetivo contabilista certificado.

CNIS EMITE COMUNICADO PARA TRANQUILIZAR IPSS E FAMÍLIAS

Autorização de funcionamento no pré-escolar é um não-problema

No passado dia 12 de julho, um dia após a assinatura do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2019-2020, uma notícia no jornal Público colocava em causa a regularidade do funcionamento do Ensino Pré-escolar da rede solidária.

Perante o exposto, a CNIS, no sentido de "tranquilizar instituições e famílias" emitiu um comunicado que passamos a publicar na íntegra.

«A propósito da peça jornalística publicada hoje [12 de julho 2019] no jornal Público, intitulada «Mais de 70% dos infantários de IPSS inspecionados não têm licença», a CNIS reafirma a posição que sempre defendeu de que a existência de acordo de cooperação entre o Estado e as instituições sociais supõe a existência da autorização de funcionamento.

É entendimento da CNIS que, tal como está inscrito em diversos documentos legais sobre as respostas sociais com acordo de cooperação com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) não necessitam de autorização de funcionamento, uma vez que este supõe a existência de autorização de funcionamento, o mesmo se aplica à resposta de Pré-escolar, apesar de ser um acordo tripartido (Ministério da Educação, MTSSS e IPSS).

Apesar disto, a CNIS e demais organizações representativas do Sector Social e Solidário sempre se mostraram disponíveis para encontrar uma solução que interesse a todas as partes.

Fazendo um pouco de história, convém lembrar que a primeira ação de avaliação à rede solidária de Pré-escolar por parte da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) aconteceu no ano letivo 2013/2014 sem o envolvimento dos parceiros sociais, que apenas tomaram conhecimento aquando da publicação do relatório.

Dado conhecimento à IGEC do descontentamento da CNIS pela situação, a atitude mudou, passando a haver comunicação e complementaridade na ação das duas entidades.

No ano de 2014/2015, para além de algumas questões a corrigir, as ações da IGEC também detetaram boas práticas e, principalmente, uma elevada percentagem de IPSS que corrigiram procedimentos, seguindo as instruções do relatório anterior. Resumindo: houve melhorias evidentes.

Já o relatório relativo ao ano de 2015/2016 continha uma série de recomendações que necessitavam de ser homologadas pelo ministro da Educação, o que só acabou por acontecer em 2018. No entanto, o ministro remeteu algumas das recomendações para um grupo de trabalho, criado no âmbito do Compromisso de Cooperação 2017-2018, com um caderno de encargos que abarcava esses mesmos aspetos.

E foi em ambiente de cooperação que esse grupo de trabalho, formado pelo MTSSS, ME, ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e organizações representativas do Sector Social Solidário, desenvolveu a sua ação.

O relatório final deste grupo de trabalho ainda não foi concluído, mas a verdade é que os itens que constavam do caderno de encargos foram consensualizados e estão plasmados no Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2019-2020, que ontem foi assinado na Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

Por outro lado, sobre a questão referida na notícia do Público de que 78% das IPSS inspecionadas não tinham direção pedagógica reconhecida pela tutela, a CNIS esclarece que este é um aspeto meramente administrativo, uma vez que a homologação do diretor pedagógico decorre da "obrigação" de ter autorização de funcionamento. Ou seja, esta é uma matéria que decorre da interpretação dada à questão da obrigatoriedade da referida autorização.

Por fim, a CNIS pretende transmitir confiança e tranquilidade a todas as IPSS associadas que têm resposta de Pré-escolar e às famílias, considerando que este é um não-problema, lembrando que as instituições sociais têm acordo de cooperação com o Estado, que, por sua vez, é corresponsável também pelo funcionamento da referida resposta social».

GRUPO DE TRABALHO CUSTO TÉCNICOS

Informação recolhida junto das associadas evidencia subfinanciamento

O Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o biénio 2017-2018 previa a criação de um Grupo de Trabalho (GT) "para estudo e definição prospetiva dos custos técnicos das respostas sociais e proposta de um modelo de financiamento duradouro correspondente, considerando designadamente uma estrutura de custos estimados como adequados para o bom funcionamento das respostas sociais, bem como a estrutura de custos atual, devendo o trabalho ser desenvolvido com a disponibilização de toda informação relevante".

Constituído pelos representantes das IPSS (CNIS, União das Misericórdias, União das Mutualidades e CONFECOOP), pela Direção-Geral da Segurança Social, pelo Instituto da Segurança Social e pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o grupo de trabalho apenas iniciou funções em dezembro de 2018, ou seja, no limite do prazo a que o Protocolo respeita.

No âmbito dos trabalhos a desenvolver, a CNIS solicitou a participação das associadas com a disponibilização de informação para apuramento dos custos médios reais das respostas sociais identificadas no Compromisso de Cooperação, verificados no ano de 2017.

A informação recolhida pela CNIS foi ainda essencial para a definição de uma proposta de metodologia de cálculo dos custos técnicos das respostas sociais, que será igualmente trabalhada no âmbito deste GT.

Dos dados recolhidos, destaque para os baixos valores de comparticipação por parte da Segurança Social nas respostas de Centro de Dia (25%) e ainda o Centro de Atividades de Tempos Livres (nas várias modalidades varia entre os 25% e os 34%).

Resposta Social	Custo médio real atempadamente 2017 apurado	Comparticipação Compromisso Cooperação 2017	% Comparticipação SS no custo médio real apurado
Creche	403,78 €	258,91 €	64%
Creche Familiar - até 4 crianças	313,48 €	217,55 €	69%
CATL Funcionamento clássico sem almoço	202,20 €	66,77 €	33%
CATL Funcionamento clássico com almoço	242,75 €	83,27 €	34%
CATL Extensão de horário e interrupções letivas sem almoço	177,38 €	44,35 €	25%
CATL Extensão de horário e interrupções letivas com almoço	204,12 €	69,78 €	34%
Lar de infância e juventude (LIJ)	1 440,84 €	700,00 €	49%
Centro de atividades ocupacionais (CAO)	533,27 €	509,21 €	88%
Lar residencial	1 243,45 €	1 004,52 €	81%
Estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI)	1 080,58 €	374,91 €	35%
Centro de dia - dias úteis	440,52 €	110,71 €	25%
Centro de convívio	122,91 €	53,86 €	44%
Serviço de apoio domiciliário (SAD) - dias úteis	446,53 €	254,90 €	57%
Centro de noite	471,48 €	268,18 €	57%
Centro de apoio à vida - atendimento e acolhimento 863,00 € 539,47 € 61%			

Os dados podem ser verificados na imagem que ilustra este texto.

Para a CNIS, a participação das associadas e a disponibilização de informação foi e é essencial para o cumprimento das atribuições da Confederação.

ASSOCIAÇÃO FRATERNA DE PREVENÇÃO E AJUDA, OVAR

Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal é inovador, pioneiro e essencial

No passado dia 3 de julho, a Associação Fraterna de Prevenção e Ajuda (AFPA) celebrou 31 anos de existência e de trabalho em prol das comunidades do concelho de Ovar. A AFPA é um excelente exemplo do que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), daqueles que espelham muito do que é o Sector Social Solidário. Nasceu para combater a problemática da toxicodependência e, hoje, acompanha pessoas com diversas disfunções e criou um gabinete de apoio ao cuidador.

Quando nasceu em 1988, a AFPA tinha um propósito muito bem definido e que hoje já nada tem a ver com a ação da instituição.

A constituição da Associação deu-se para lidar com a problemática da toxicodependência e desenvolver ações no sentido da resolução, educação e ajuda com alguns programas às pessoas toxicodependentes.

"A AFPA nasceu em 1988 numa altura em que essa problemática tinha muita influência e, nomeadamente, para os fundadores que eram pais de jovens que estavam muito preocupados com a questão da toxicodependência", conta Maria da Conceição Graça, atual presidente da instituição sedeada na freguesia vareira de Esmoriz.

No entanto, a atual líder da AFPA apenas entrou para a Associação em 2008, "na altura como coordenadora técnica, em que fazia o ajuste das atividades que os utentes desenvolviam".

A esta altura, a instituição já havia virado o foco da sua ação, porque a necessidade já não era a problemática da toxicodependência, mas mais o acompanhamento de pessoas com problemas motores.

A mudança de propósito da AFPA surge porque um problema acometeu o, então, presidente da instituição (José Augusto Camboa), que acabaria por conduzir a instituição para um outro caminho, onde as necessidades eram evidentes.

"Nesse tempo, a Associação era centrada na Oficina de Arte, Movimento e Bem-estar para pessoas que tivessem sofrido um AVC. Esse foi o motivo pelo qual entrei para a associação em 2008 e, nessa fase, foram reestruturados os estatutos para poder ter essa valência para pessoas com deficiência motora", começa por explicar Conceição Graça, acrescentando: "Por volta de 2002, o presidente teve um AVC, tendo sido inclusive meu doente no hospital, e há uma fase em que está connosco três, quatro anos, mas depois, como é óbvio, teve que sair para os cuidados da comunidade. No entanto, quando chegou às clínicas convencionadas percebe a diferença no acompanhamento. Eu, francamente, também lhe fui metendo o bichinho de que as pessoas têm, passados aqueles anos de reabilitação e esta estabiliza, que aprender é a viver de forma diferente e em grupo. E estimulei-o muito a propósito de criar essa Oficina de Arte, Movimento e Bem-estar. E, então, ele desafia-me a, com ele e uma assistente social, desenvolver essa Oficina".

Três décadas depois, a AFPA é a mesma instituição, mas tem uma ação e pessoas completamente diferentes, adaptadas à realidade volvidos 30 anos e com a mesma missão: servir a comunidade.

"Este foi o momento em que entrei para a Associação, inicialmente apenas como técnica, que contatava fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e da fala e até, por momentos, professores de História", recorda, deixando um lamento: "Andámos a lutar com isso até 2014, sempre sem conseguir implementar algo como um centro de convívio. Esta era a nossa luta, ter um apoio da Segurança Social para um centro de convívio. Isto desgastou muito o senhor e os nãos sucessivos e as dificuldades económicas até para pagar os transportes e os terapeutas criou-lhe diversos constrangimentos e, em 2015, é quando eu avanço para a presidência. No mandato anterior ele já me tinha convidado para a Mesa da Assembleia Geral, mas quando ele saiu eu assumi a Direção".

E, então, quando a AFPA renasce baseando a sua ação na Oficina de Arte, Movimento e Bem-estar, dando-se a alteração dos estatutos que apontam para "um novo foco da associação que é o acompanhamento as pessoas com múltiplas disfunções".

"A associação não é para jovens, adultos ou seniores, mas é para todas as pessoas que tenham uma disfunção motora, independentemente da idade, e que precisem de acompanhamento. Os nossos utentes são pessoas que têm alguma alteração motora, relacionada ou não com alguma alteração cognitiva, pelo que o nosso foco não é apenas uma determinada patologia", afirma a presidente, revelando o passo, entretanto, dado pela Associação: "O que se tornou diferente a partir de 2017 foi a integração da área dos cuidadores. Esse foi um passo interessante que demos, porque também foi uma oportunidade. Fomos convidados a aceitar um curso de cuidadores na comunidade e foi o desenvolvimento desse curso, juntamente com as pessoas que participaram, que se mantiveram amigas e outros que se juntaram, para fazer progredir a associação".

É quando nasce o GACI - Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, um protocolo com quatro

entidades parceiras (Câmara Municipal de Ovar, Hospital de Ovar, Liga dos Amigos do Hospital e Junta de Freguesia de Esmoriz) para promover um dia de literacia, de educação na comunidade, que é composto por um painel sobre temáticas relacionadas com os cuidadores informais, e para além disso tem uma mostra de produtos e serviços.

"Já vamos na terceira edição, sendo o quarto já no próximo dia 5 de novembro. Um dos encontros será sempre nessa data, porque é o Dia Internacional do Cuidador Informal, e o outro em maio, consoante as nossas capacidades", explica Conceição Graça, que sublinha o trabalho que a instituição desenvolve em "espaços como a piscina, com os programas de terapia aquática e natação adaptada".

No entanto, lamenta a falta de um espaço para melhor desenvolver a sua ação na área dos cuidadores.

"O gabinete de apoio ao cuidador, em termos físicos, não tem um espaço definido. Estamos a aguardar uma resposta da autarquia. Neste momento, sendo virtual já tem algo muito palpável, pois já fez esta parceria que tem por propósito desenvolver, semestralmente, este dia de literacia".

E algo que sucedeu após os primeiros dois dias do cuidador foi que os parceiros que foram à mostra apresentar os seus serviços passaram "a integrar a bolsa de responsabilidade social da Associação, na qual temos já oferecido massagens, tratamentos de osteopatia, de higienização dentária, consultas de medicina geral, manicure, pedicure e psicologia".

E para que a seleção das pessoas a aceder a essa bolsa seja o mais transparente e eficiente possível, salvo algumas exceções de contactos diretos, "o acesso a essa bolsa de serviços, direcionada para pessoas carenciadas, é feita preferencialmente através da Câmara Municipal e da sua Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, onde são avaliados os candidatos".

E nesse âmbito, a AFPA já estende a sua ação às freguesias de Válega, Ovar e Esmoriz, "tentando cobrir o território do concelho".

Para além dos dirigentes e voluntários que participam na vida da AFPA, a instituição tem um corpo técnico formado por professor de natação e uma fisioterapeuta e ainda uma assistente social em part-time, o que é insuficiente segundo a presidente.

Porém, a instituição não tem condições financeiras para contratar, apesar de continuar a tentar. Prova disso é a candidatura ao Prémio Maria José Nogueira Pinto para conseguir ter dois técnicos ("uma psicóloga e uma assistente social"), durante dois anos... "A ver vamos se conseguimos", sustenta.

"A Associação, financeiramente, vive de algumas candidaturas, como, por exemplo, a «Realizamos Sonhos», da empresa Yazaki Saltano, e alguns donativos, como o de um benemérito que já nos disse que podemos contar sempre com ele. Depois somos ainda apoiados pela Câmara Municipal", revela Conceição Graça, repetindo o lamento pela falta de um espaço e de apoio estatal.

"Um dos projetos que já desenvolvemos através do Gabinete é um Grupo Coral, que, no fundo, é um grupo de ajuda mútua para cuidadores, e gostaríamos de conseguir um

apoio da Segurança Social para esse grupo, a fim de podermos fazer saídas e outras atividades", argumenta, lembrando: "Temos o desejo de voltar a abrir a Oficina de Arte, Movimento e Bem-estar, onde aí, sim, poderíamos ter uma espécie de centro de convívio. Nos dois anos anteriores abrimos a Oficina porque tínhamos uma parceria com um Centro de Dia que nos transportava os pacientes até ao seu espaço, onde as nossas técnicas trabalhavam com os nossos pacientes e alguns utentes dessa instituição, mas este ano não conseguimos abrir, porque essa instituição recebeu mais utentes e não tinha disponibilidade para as nossas deslocações".

No início de junho, a AFPA realizou o seu I Torneio de Natação Adaptada, "um sonho que começou, há 27 anos, com a Associação Arco-Íris de Ovar, que, infelizmente, acabou em 2010", conta a presidente, acrescentando: "E esse sonho de fazer um torneio que nasceu com a natação adaptada nessa altura, foi materializado com o impulso desta nova Direção da AFPA".

"Eu não fazia parte deste sonho, mas quando entrei para a Associação foi-me atribuída a coordenação das crianças e senti que as mães tinham vergonha dos miúdos", começa por dizer Graça Coelho, da Direção da AFPA, prosseguindo: "E o torneio é uma forma excelente para os miúdos sentirem a alegria de ganhar uma medalha e os pais terem orgulho neles. Para além disso, é também uma maneira de dar visibilidade a estas crianças e jovens. Um dos principais objetivos é dotar os nossos atletas de uma necessária motivação competitiva, dando-lhes a oportunidade de demonstrar as suas capacidades, independentemente das limitações de cada um".

Na primeira edição do torneio participaram 25 nadadores, oriundos da AFPA, do Feira Viva e da Cercivar.

"Somos um grupo de voluntários grato por todo o tipo de apoio na realização deste sonho, que acreditamos fortemente que nos levará a realizar cada vez mais ações pela nossa comunidade", afirma Conceição Graça, lembrando... "Quando o sonho existe, todo o sacrifício é Esperança!".

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Tecnologia é útil mas não substituiu os trabalhadores das instituições

No início de junho, a Cáritas Diocesana de Coimbra participou, pela voz de Carina Dantas, como palestrante na Conferência «Desafios Demográficos – O Envelhecimento», organizada pelo Conselho Económico e Social (CES) e que teve lugar na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

No painel «Saúde e qualidade de vida», a diretora do Departamento de Inovação da Cáritas de Coimbra e representante do Consórcio Ageing@Coimbra, participou num debate/comentário sobre a temática, com António Cunha, diretor-executivo do Laboratório de Automação do Instituto Pedro Nunes, e Manuel Teixeira Veríssimo, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e coordenador do Consórcio Ageing@Coimbra, com moderação da jornalista Alexandra Rodrigues.

Carina Dantas realçou o percurso da instituição que integra no âmbito da inovação social, proveniente das necessidades sentidas no terreno, da manifesta desadequação das respostas existentes às necessidades atuais das pessoas mais velhas, pois muitas delas permanecem sós em casa durante muitas horas, com exceção das breves visitas dos colaboradores de apoio domiciliário e necessitam de outras atividades e maior presença humana.

A diretora do Departamento de Inovação da Cáritas de Coimbra reforçou ainda que, "adicionalmente, quando necessitam de soluções residenciais, as listas de espera são longas".

Assim, e nesse sentido, a Cáritas de Coimbra "tem vindo, nos últimos anos, a explorar possíveis caminhos para trazer mais saúde e qualidade de vida às pessoas e às comunidades".

Carina Dantas sublinhou ainda o facto de a tecnologia ser uma ferramenta útil que, no entanto, "não substitui a presença humana e os trabalhadores das instituições, que podem falar, demonstrar empatia e proporcionar carinho aos seus utentes".

Na sua perspetiva, "as máquinas deverão apenas prestar tarefas acessórias, libertando as pessoas para tarefas que só elas podem prestar", pelo que "o grande problema é a desadequação dos sistemas de financiamento, que se mantêm muito fechados, tipificados e sem flexibilidade, portanto não absorvem a inovação".

Para a técnica, "as divisões entre a saúde e o social, bem como outras áreas de tutela, são entraves também a soluções adequadas às diferenças de cada território e comunidade".

Por outro lado, Carina Dantas lembrou que "muitas das queixas de saúde são frequentemente dores de alma, muito passíveis de melhoria quando as pessoas estão felizes".

Nesse sentido, cabe às instituições da área social (e da saúde) aumentar os estudos científicos e dados quantitativos que permitam sustentar a importância destas atividades – direcionadas para o lazer, a família e a comunidade –, para o bem-estar e saúde da população mais envelhecida.

Por seu turno, António Cunha sublinhou os ganhos que as instituições do sector social e da saúde podem alcançar ao investir em equipas de inovação, "que pensem nas estratégias de intervenção a longo prazo, com base no conhecimento no terreno".

A iniciativa surgiu no âmbito do Ciclo de Conferências dedicadas aos desafios demográficos, tendo a primeira abordado o tema da natalidade. Portugal é um dos países mais envelhecidos da Europa e do mundo. Mesmo que os níveis de fecundidade, venham a ser superiores aos observados hoje, o país continuará a envelhecer.

Os diagnósticos sobre a intensidade e as determinantes do processo de envelhecimento demográfico são abundantes, bem como sobre alguns dos efeitos mais diretos desta tendência, designadamente nos sistemas de saúde e de segurança social.

Para a Cáritas Diocesana de Coimbra este tem sido um tema muito presente nas suas intervenções, estando atualmente a coordenar vários projetos, nacionais e internacionais, no âmbito dos desafios demográficos, bem como a coordenar e participar em diversas iniciativas e redes.

ESPAÇO T - ASSOCIAÇÃO PARA APOIO À INTEGRAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA, PORTO

«Conversas Pintadas» é uma exposição no âmbito do projeto «Meu País no Teu»

O Espaço T tem patente a exposição «Conversas Pintadas», do artista cabo-verdiano Oleandro Garcia, no «Meu País no Teu – Espaço Intercultural».

O projeto (exposição «Conversas Pintadas») percorrerá durante mais de seis meses, três países (Portugal, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e termina apenas no dia 31 de dezembro de 2019. Este é um Projeto Artístico com fins sociais e solidários e que tem previstas 10 exposições.

A coleção de mais de 30 obras do artista plástico contemporâneo de origem cabo-verdiana será embaixadora de 30 projetos sociais com identidade própria.

Neste âmbito, os projetos que vão ser apoiados em Cabo Verde são:

CASA D' NHA MÃE - Associação de apoio aos meninos de rua e toxicodependentes da ilha de S. Vicente (Mindelo);

GOTA D'ARTE - Associação artística com finalidades e objetivos de proporcionar uma melhor integração social, menor exclusão através das artes;

ADVIC - Associação para apoio a pessoas com deficiência visual na ilha de Santiago;

Agrupamento de Escolas da Achada Grande (Cidade da Praia) - Construção e melhoramento de uma biblioteca escolar.

A exposição de Oleandro Garcia é promovida no âmbito do Projeto «O Meu País no Teu», cofinanciado pelo FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração e pretende dar a conhecer criações artísticas e a cultura de nacionais de países terceiros a residirem em Portugal, como forma de promoção da convivência ao nível local e a sensibilização e promoção da cultura dos países de origem.

Por outro lado, o Espaço T arrebatou o Prémio Acesso Cultura – Acessibilidade Social, com o projeto «Palcos Para a Inclusão».

"O potencial inerente a este projeto determinou o destaque do júri por trazer implícita a criação de mudanças individuais e sociais através do enquadramento do indivíduo em atividades artístico-culturais e/ou formativas, que estimulam as capacidades expressivas e o desenvolvimento próprio, bem como, a aceitação da diferença pela sociedade", considerou a instituição em comunicado.

UNIÃO DAS IPSS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

Aeroclube de Bragança doa viatura que levará a solidariedade «nas asas da união»

«Nas Asas da União» é a frase gravada na carrinha de nove lugares que, no passado dia 6 de julho, o Aeroclube de Bragança (ACB) entregou à União de Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança (UIPSSDB) e que foi adquirida com verbas angariadas em atividades solidárias e contribuições dos associados e famílias.

"A frase que encontrámos reflete exatamente o espírito que permitiu esta aquisição, ou seja, demos asas a um sonho e a união da comunidade, da família e dos amigos do ACB garantiu que esse sonho se transformasse em realidade", sustentou Nuno Fernandes, presidente do Aeroclube de Bragança.

A viatura vai apoiar as 83 instituições associadas da UIPSSDB e respetivos utentes.

"O desafio era grande e estamos felizes porque conseguimos concretizá-lo", acrescentou Nuno Fernandes, sublinhando a importância que teve em todo o processo "a comunidade local, que aderiu aos voos solidários e, essencialmente, a família e amigos dos pilotos, associados do aeroclube, que faleceram em março deste ano".

Por seu turno, Paula Pimentel, presidente da UIPSSDB, expressou "muita gratidão ao ACB", pois a aquisição de uma viatura era há muito tempo desejada, pela necessidade de suprir algumas grandes lacunas que as IPSS têm, quer no transporte dos seus utentes, quer dos próprios técnicos e dirigentes a reuniões, ações de formação e outras atividades que lhes são exigidas no âmbito das funções que desempenham.

"Confesso que estou um pouco sem palavras, ainda quase incrédula por ver este sonho tornado realidade", enfatizou Paula Pimentel.

A entrega da carrinha aconteceu em pleno «Careto Airshow», que é o maior evento do calendário de atividades do ACB.

"É uma conquista que temos de assinalar em ambiente de festa", destacou Nuno Fernandes, que lembrou ainda que o ACB tem-se pautado, nos últimos anos, pelas iniciativas solidárias, nomeadamente proporcionando batismos de voo gratuitos a públicos mais vulneráveis, que de outra forma não teriam possibilidade de o fazer.

Na edição deste ano do «Careto Airshow» não foi diferente, tendo sido realizados 54 batismos de voo a utentes de diversas instituições do distrito brigantino.

Recorde-se que, no âmbito do «Careto Airshow», entre 2016 e 2018 o ACB levou a voar, pela primeira vez, mais de 300 pessoas.

Em 2018 ofereceu o mobiliário novo para o refeitório da Obra Kolping de Bragança, instituição que desenvolve essencialmente o seu trabalho na área da infância e juventude e acolhe crianças provenientes de famílias multiproblemáticas, desestruturadas, com carências socioeconómicas.

A edição de 2019 ficou marcada pela entrega da viatura de nove lugares à UIPSSDB.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Alteração aos valores da Tabela A vigora desde o dia 1 de julho

A CNIS e a FEPCES/FENPROF chegaram a acordo relativamente à revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) publicado no BTE nº 39, de 22 de outubro de 2017, com as alterações publicadas no BTE nº 35, de 22 de setembro de 2018, com a retificação publicada no BTE nº 39, de 22 de outubro de 2018.

Assim, as alterações ao texto do CCT que foram objeto de acordo são as seguintes:

1 - Tabela A (a vigorar a partir de 1 de julho de 2019): Nível 18 – 600,00; Nível 17 – 604,00; Nível 16 – 608,00; Nível 15 – 612,00; Nível 14 – 622,00; Nível 13 – 632,00; Nível 12 – 646,00; Nível 11 – 670,00; Nível 10 – 720,00; Nível 9 – 769,00; Nível 8 – 817,00; Nível 7 – 866,00; Nível 6 – 916,00; Nível 5 - 970,00; Nível 4 – 1022,00; Nível 3 – 1071,00; Nível 2 – 1137,00; Nível 1 – 1219,00.

2 - É introduzida uma nova cláusula (CLÁUSULA 66º-B), com a seguinte formulação: "O trabalhador que presta trabalho normal em dia feriado em instituição não obrigada a suspender o seu funcionamento nesse dia tem direito a descanso compensatório de igual duração ou a acréscimo de 100% da retribuição correspondente, por acordo das partes".

Acrescente-se que as atualizações salariais a que se refere o nº 1 obedeceram aos seguintes princípios:

- Níveis 12 a 18 – A partir do valor de atualização decorrente da fixação do Salário Mínimo Nacional para 2019, manteve-se a diferenciação salarial anteriormente existente entre os vários níveis (de 4,00 euros nos níveis 15 a 18; de 10,00 euros nos níveis 13 e 14; e de 14,00 euros no nível 12);

- Níveis 6 a 11 – Atualização de 1%;

- Níveis 1 a 5 – Atualização de 1,5%.

Com a nova Cláusula 66ª-A, regressa-se ao sistema vigente anterior às alterações introduzidas no Código do Trabalho em 2012, recordando-se que se mantém a possibilidade de opção entre compensação em retribuição ou em descanso compensatório, sem que a opção pela modalidade de descanso compensatório implique alterações mais exigentes nos indicadores de pessoal previstos nos acordos de cooperação ou na legislação específica relativa às diversas respostas sociais.

Por outro lado, sublinhe-se que os valores da Tabela A acima enumerados serão devidos a partir de 1 de julho de 2019.

Entretanto, vai ser requerida ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a emissão de portaria

de extensão.

Por outro lado, note-se que no BTE nº 25, de 8 de julho, consta a Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a CNIS e a FNSTFPS - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (Portaria nº 197/2019, de 26 de junho).

MIGRAÇÃO E ASILO NA UNIÃO EUROPEIA

Entrada irregular de imigrantes com legislação variável

Portugal, Alemanha, Irlanda e Luxemburgo são os únicos países da União Europeia (UE) onde o auxílio à entrada irregular de imigrantes só é crime se existirem benefícios financeiros, revela a ReSOMA (Plataforma Social de Investigação sobre Migração e Asilo).

De acordo com o relatório "Repressão das ONG e voluntários que ajudam refugiados e outros migrantes", publicado em junho, a facilitação da entrada, mesmo sem fins lucrativos, é atualmente considerada crime em 24 dos 28 países da UE: Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Holanda, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido.

O principal instrumento legislativo comunitário para combater o tráfico de pessoas é o chamado "pacote relativo a passadores", de 2002, que inclui a Diretiva "Auxílio" (relativa à definição do auxílio à entrada, trânsito e residência irregulares) e a sua Decisão-Quadro que reforça o quadro penal para prevenir este auxílio.

Segundo os investigadores, este pacote legislativo constitui a base das atuais políticas europeias contra o tráfico de migrantes e criminaliza a facilitação da entrada, trânsito e residência não autorizados, sendo Portugal uma das quatro exceções, já que exige que seja provado em tribunal que foram obtidos ganhos financeiros.

O relatório destaca que, em metade dos países europeus, a facilitação de residência e estadia, mesmo sem objetivos lucrativos, é suficiente para ser considerada crime ou delito (Bélgica, Croácia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Letónia, Lituânia, Malta, Roménia e Reino Unido).

A principal lacuna deste pacote, salienta o documento, é o facto de não exigir que haja benefícios financeiros ou de outra natureza para que o tráfico de migrantes seja considerado um crime, pelo que não cumpre as normas das Nações Unidas definidas no Protocolo contra o Contrabando de Migrantes.

O Protocolo da ONU define que "o contrabando de migrantes" significa a "facilitação, a fim de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material com entrada ilegal de uma pessoa num Estado onde não é residente", pelo que é essencialmente "um serviço pago prestado por um contrabandista a um migrante, a fim de contornar os controles fronteiriços, contando com o consentimento implícito do migrante".

Na UE, os Estados-membros podem decidir se os elementos da sociedade civil e os familiares dos migrantes estarão excluídos da criminalização.

Enquanto em países como Portugal, Finlândia, Eslováquia e Espanha, os projetos financiados pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) têm sido implementados pela sociedade civil, noutros como a Estónia e Polónia estes programas são essencialmente liderados pelo Estado.

A ReSOMA identificou, pelo menos, 158 pessoas que foram investigadas ou formalmente acusadas por auxílio humanitário em países europeus, entre 2015 e 2018, sobretudo em Itália, Grécia e França.

O português Miguel Duarte, de 26 anos, está a ser investigado em Itália por auxílio à imigração ilegal e enfrenta uma pena que pode ir até 20 anos de prisão.

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO 2019-2020

Governo anuncia a criação de sete mil vagas em creche por todo o país

Está, finalmente, firmado o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2019-2020, tendo a cerimónia de assinatura decorrido, no passado dia 11 de julho, no Palácio de S. Bento, em Lisboa, na presença do Primeiro-ministro António Costa.

E foi mesmo o chefe de Governo a revelar a grande novidade da sessão com o anúncio da criação de 7.000 vagas na rede de creches em todo o país.

"Vamos lançar um programa inspirado no PARES [Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais] com o objetivo de criar sete mil vagas em creche", avançou, explicando que estas serão direcionadas para "as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e para as zonas abaixo do indicador europeu de 30% cobertura".

Esta intenção do Governo, segundo António Costa, prende-se com "os novos desafios do futuro, em que a demografia é um dos maiores".

O Primeiro-ministro congratulou-se pelo acordo alcançado, considerando que o Compromisso agora assinado "dá previsibilidade e confiança à relação do Estado com o Sector Social e Solidário, pois permite definir objetivos comuns e alargar a rede" de apoio social.

Já para o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sublinhou que esta "é uma renovação de uma estratégia, que visa melhorar a qualidade de vida dos portugueses de forma cooperante para se obter mais resultados".

Para Vieira da Silva, "o Estado a cooperar não está a delegar competências, mas a cooperar com a sociedade", acrescentando: "A cooperação é como um piquenique em que todos contribuem para valorizar os objetivos de bem comum".

Do lado do Sector Social Solidário, Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas, lembrou o "défice crónico" com que as IPSS vivem, reconhecendo, porém, que "o Governo foi de encontro aos parceiros", considerando que "o Compromisso não é o desejado, mas já encurta distâncias".

Por seu turno, o presidente da CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) lembrou que "o contexto em que o Protocolo foi negociado era complexo", pois "havia quem difundisse dúvidas sobre se o Estado não estaria a demitir-se das suas funções transferindo para as instituições as suas obrigações", "pairavam nuvens de dúvidas que se adensavam sobre a sustentabilidade das instituições", "engrossavam persistentes queixas de instituições sobre algumas atuações de serviços do Estado", a que se junta ainda "alguma comunicação social, que confundindo a árvore com a floresta, resvalava na tentação de hipervalorizar o que eventualmente poderia ser negativo e ignorava um todo globalmente

muito positivo".

Sabendo-se que era intenção do Governo ter o Compromisso fechado até ao final do ano de 2018, no entanto, só sete meses depois tal se verificou.

"Tarde?", questionou o padre Lino Maia, que de pronto respondeu: "Provavelmente se tivesse sido concluído muito antes não estaríamos tão confortados como estamos, porque este Protocolo é um bom instrumento na Cooperação".

Porém, "o seu sucesso ficará dependente da continuidade deste espírito e vontade de parceria, do reconhecimento e respeito entre as partes, do crescimento e de maior abertura na área da Saúde e da concretização, em tempo, das medidas preconizadas na área da Educação", sublinhou.

Considerando que "este Compromisso de Cooperação é bom" para as IPSS, o líder da CNIS destacou ainda "três marcas programáticas e indeléveis (...) que, muito provavelmente, marcarão um antes e um depois na rica história da Cooperação": "um clausulado com incidência legal mais claro e respeitador na Cooperação; porque o Estado não pode ser apenas fiscalizador, é estabelecido um sistema de serviço partilhado de apoio às instituições; e, finalmente, e não menos importante, introduz um cursor de estabilidade e previsibilidade que, sem recurso ao Orçamento do Estado, será certamente bem importante na manutenção e aprofundamento da necessária transparência no Sector e na fundamental assunção da sua sustentabilidade".

Por fim, o padre Lino Maia, dirigindo-se ao Primeiro-ministro, considerou que "há reptos que se destacam no devir próximo de Portugal, como o sejam a coesão territorial, a promoção de condições que apoiem a natalidade e serviços que proporcionem um envelhecimento com qualidade e, enquanto possível, com atividade útil", sustentando que, "nestes desafios, as boas políticas têm encontrado e continuarão a encontrar nas instituições parcerias estratégicas".

Por seu turno, Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas, instou o Governo a criar "linhas próprias para o Sector Social Solidário" no âmbito do Portugal 2030, enquanto Rogério Cação, presidente da Confecoop (Confederação Cooperativa Portuguesa), afirmou que "há que aprofundar o trabalho em torno da RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados)".

A cerimónia de assinatura do Protocolo para o biénio 2019-2020, que contou ainda com os ministros da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e da Saúde, Marta Temido, ficou marcada pela estreia da Confecoop, a mais recente organização a integrar a Comissão Permanente do Sector Social e Solidário.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO 2019-2020

Atualização de 3,5% com efeitos a 1 de janeiro

Está assinado o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2019-2020 que aplica uma atualização de 3,5% à comparticipação financeira do Estado, mas introduz, entre muitas outras, matérias que a CNIS considera muito importantes para as IPSS. São os casos da flexibilização na ocupação das vagas e clarifica o papel das equipas da Segurança Social em matéria de acompanhamento técnico e de fiscalização, com a criação de equipas mistas.

Dividido em seis áreas estratégicas, sendo que duas são novidade (Cuidados de saúde e apoio social e Educação, Segurança Social e Saúde, para além das quatro já habituais: Segurança Social, Formação Profissional, Saúde e Educação), o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2019-2020 já está em vigor.

Com retroativos a 1 de janeiro do corrente ano, o protocolo para o biénio 2019-2020 introduz um reforço da comparticipação financeira da Segurança Social de 3,5% nos acordos típicos e atípicos.

No entanto, há duas exceções, que são os casos da Creche Familiar, que aos 3,5% acresce uma atualização adicional de 15%, e dos acordos de cooperação atípicos com início da vigência a 1 de janeiro 2019.

Para a CNIS, e como referiu, na cerimónia de assinatura no Palácio de S. Bento, o presidente da CNIS há três aspetos essenciais neste protocolo: "O Compromisso de Cooperação consagra iniciativas em matéria de flexibilização na ocupação das vagas, calendariza avaliações e regulamentações e, entre outras medidas adequadas à realidade e que permitem às instituições uma melhor gestão, clarifica o papel das equipas da Segurança Social em matéria de acompanhamento técnico e de fiscalização".

O padre Lino Maia identifica mesmo três marcas programáticas no documento e que são: "Um clausulado com incidência legal mais claro e respeitador na Cooperação"; estabelecimento de um sistema de serviço partilhado de apoio às instituições, "porque o Estado não pode ser apenas fiscalizador"; e, "finalmente, e não menos importante, introduz um cursor de estabilidade e previsibilidade que, sem recurso ao Orçamento do Estado, será certamente bem importante na manutenção e aprofundamento da necessária transparência no Sector e na fundamental assunção da sua sustentabilidade".

Este último item prende-se com uma luta antiga das IPSS que, amiúde, viam as comparticipações estatais diminuírem em função da diminuição de frequência das respostas sociais, muitas das vezes situações pontuais.

Assim, está protocolado que no caso de "frequência real inferior ao número de utentes em acordo durante seis meses consecutivos e em que essa redução seja superior a 8% do número de utentes, o acordo será revisto para o valor mais elevado registado no semestre. Por outro lado, na situação de "frequência real igual ou inferior a 8% do número de utentes em acordo não se efetuarão deduções mensais nas duas primeiras verificações semestrais, sendo, nestas situações, o acordo revisto para o valor mais elevado registado no último semestre aquando da terceira verificação semestral".

O Compromisso introduz ainda a novidade de, em sede de revisão do acordo, as vagas a ser objeto de revisão poderem ser convertidas em vagas reservadas.

Por outro lado, assegura também o alargamento ao Pré-escolar e ao CATL das regras em vigor para as creches, ou seja, a revisão em baixa será efetuada para o valor mais elevado, acrescido de cinco utentes, com efeitos a partir de 1 setembro de cada ano.

Por fim, em virtude da diminuição de frequência em CAT, LIJ, Casa Abrigo, CAV e Centros Alojamento Emergência não há lugar a dedução de comparticipações, não podendo, no entanto, as IPSS recusar a colocação de utentes desde que existam vagas protocoladas.

Esta é uma medida que o padre Lino Maia considerou "de grande impacto na vida das instituições".

Daqui decorre que as verbas resultantes da libertação de dotação na sequência da redução do número de utentes comparticipados em acordo é reafectada, semestral e simultaneamente à IPSS cujo acordo foi revisto em baixa, tendo como limite um encargo a 12 meses e fora do âmbito do PROCOOP e nos seguintes termos: Alargamento por revisão em alta; celebração novos acordos para respostas sociais já em funcionamento; e celebração de novos acordos para respostas sociais que não estejam em funcionamento, desde que abranjam pelo menos 50% da capacidade.

Um outro problema a que o Compromisso tentar dar solução ou pelo menos refrear, e que tem provocado grande indignação nas IPSS, é o frémito inspetivo dos departamentos do Estado.

Nesse sentido, o protocolo prevê a criação de equipas de apoio e suporte técnico às IPSS, destinadas às instituições com dificuldades orçamentais ou, de forma preventiva, às instituições que indiciem riscos de poder entrar numa situação de desequilíbrio financeiro.

Estas equipas serão criadas no sentido de apoiar as IPSS no autodiagnóstico, identificação, orientação e aconselhamento às instituições em situação de necessidade estrutural, ou dificuldades pontuais, sinalizando as áreas de atuação que necessitem de intervenção na melhoria dos procedimentos de gestão e, consequentemente, aconselhar quanto à forma de os ultrapassar.

Para obstar a que tudo fique na mesma, as equipas trabalharão em articulação direta e de proximidade com os elementos designados pelas organizações representativas do Sector Solidário, sendo a sua composição paritária. Em articulação

direta, serão analisadas e decididas as instituições sociais a apoiar e a suportar tecnicamente pelas equipas de apoio e acompanhamento, as quais podem ser previamente propostas ou sinalizadas pelo Instituto da Segurança Social, pelas organizações representativas do Sector Solidário ou através de pedido individual da IPSS.

"Esta foi das questões mais polémicas que estiveram em cima da mesa de negociações, que encontrou muitas resistências, mas que é uma boa medida, até pelo clausulado", explica o padre Lino Maia, acrescentando: "Houve receio que as equipas fossem mais do mesmo e que gerassem os mesmos problemas como até agora".

Já quanto à revisão legislativa, o líder da CNIS sublinhou "o grande cuidado e respeito pelas IPSS".

Neste particular, está em cima da mesa a revisão da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, nomeadamente, os seguintes artigos: 1 – Artigos 18º e 32ª, que remetem para o Compromisso de Cooperação os termos e os efeitos da diminuição de frequência de utentes no montante da comparticipação mensal global da Segurança Social, bem como as condições em que tal diminuição conduz à revisão dos acordos; 2 - Artigo 36º, em que a suspensão dos acordos de cooperação continua a depender de um requisito material – "quando ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a cooperação estabelecida" –, a que agora acresce um requisito procedimental: prévia advertência, proposta ao Conselho Diretivo do ISS pela fiscalização, acompanhada da manutenção do incumprimento, findo o prazo conferido e "esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização"; 3 - Artigo 38º, por incumprimento das normas da Portaria: 1ª fase, audiência prévia, com 10 dias para pronúncia; 2ª fase, tentativa de acordo entre o ISS e a instituição, sobre os termos e prazos da regularização; e só em caso de subsistência se pode passar à fase contraordenacional; 4 - Artigo 33-A, para definir o acompanhamento e apoio técnico, com descrição de competências que o distinguem da fiscalização.

Neste âmbito, prevê-se ainda a alteração dos anexos: Nº 9.2 para prever a possibilidade de desconto na comparticipação familiar em caso de frequência da mesma resposta social por familiares, em termos a definir no Regulamento Interno das IPSS, sendo que há a vinculação a tal desconto no caso das creches entre 10% e 20%; Nº 11.3 e 11.4 para introduzir a consideração da Prestação Social de Inclusão (PSI) como rendimento relevante para determinação da comparticipação familiar (80% em respostas residenciais; 50% nas restantes, incluindo em Residência Autónoma), para entrar em vigor a 1 de julho.

Neste âmbito da revisão legislativa necessária para acomodar o clausulado do Compromisso de Cooperação há ainda outro diplomas que serão alvo de alterações.

São os casos da Lei do Voluntariado (até final de 2019), o Regime de Licenciamento, Fiscalização e respetivo Regime Sancionatório, mediante a alteração do Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março (até final de 2020) e ainda o Estatuto das IPSS, mediante a alteração da Lei n.º 76/2015, de 28 de julho (até final de 2020).

O Protocolo 2019-2020, em matéria de Segurança Social, introduz ainda cláusulas relativas ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, ao acompanhamento e avaliação e monitorização e acompanhamento das instituições, como ainda a criação de grupos de trabalho e, novidade, a realização de um Seminário, no segundo semestre (em conjunto pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e os representantes das instituições sociais) para divulgação do Manual, a elaborar pelo ISS e a analisar na Comissão Nacional de Cooperação, e para debater e partilhar o funcionamento das respostas sociais.

Na área estratégica da Formação Profissional, o Compromisso prevê a criação, no ano de 2019, de uma medida de Formação Profissional dirigida aos dirigentes das instituições sociais; a apresentação, até ao final de 2019, de propostas tendentes à promoção da formação profissional dirigidas a pessoas com deficiência e incapacidade, bem como à melhoria da sua qualidade, adequação e ligação com a integração no emprego; e ainda a criação do Qualifica Social, uma parceria, especialmente, dirigida à qualificação dos trabalhadores das IPSS, dos seus utentes e familiares, com o objetivo de aumentar os níveis de qualificação atualmente existentes e o envolvimento do Sector Social Solidário, através, nomeadamente, do estabelecimento de uma rede de Centros Qualifica Social assente na celebração de protocolos entre Centros Qualifica e instituições do Sector Social em todo o território nacional, em particular, nos territórios de baixa densidade.

Na área da Saúde, a nível dos Cuidados de Saúde Primários, pretende-se garantir que as equipas de medicina geral e familiar se desloquem às ERPI e outras respostas de acolhimento residencial, enquanto nos Cuidados de Saúde Hospitalares procura-se o reconhecimento das IPSS como parceiro complementar ao Estado, entre outras questões.

No eixo Saúde e Segurança Social as preocupações são com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e os cuidadores informais.

Neste particular prevê-se a constituição de uma equipa mista (Saúde, Segurança Social e IPSS) para operacionalização das medidas de apoio ao cuidador informal, estando prevista a reserva de vagas na RNCCI e nos acordos em vigor em respostas sociais, nomeadamente ERPI, SAD ou Lar Residencial, para descanso do cuidador.

Sessão de Informação e Esclarecimento
sobre

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2019-2020
mês de julho

Dias	Locais	Horário
17	Fátima, hotel Cinquentenário Rua Francisco Marto, 175	10:00
18	Porto, auditório do Centro Paroquial de Aldoar Rua Prof. Melo Adrião, 106	10:00
23	Beja, Cáritas Diocesana Rua Afonso Lopes Vieira, 18	15:00
24	Lisboa, Voz do Operário Rua Voz do Operário, 13	10:00

Em matéria de Educação, destaque para a Educação Pré-escolar, com a criação de uma comissão técnica especializada (integrando o MTSSS, ME, representantes do Sector Social e autarquias) para acompanhar as matérias da RNEPE.

Por fim, na nova área Educação, Segurança Social e Saúde o foco está SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância), estando previsto fazer, em conjunto, à sua avaliação, no decurso da vigência do Compromisso.

A CNIS vai agora promover uma série de sessões de esclarecimento por todo o país, no sentido de explicar o documento às instituições.

O Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2019-2020 é considerado pela CNIS e, pelo que se ouviu dos conselheiros, pelo Conselho Geral também, onde três dias depois da assinatura as linhas gerais do protocolo foram apresentadas pela Direção.

Fica agora a esperança de que este Compromisso tenha uma taxa de execução bem superior ao do biénio 2017-2018, que a CNIS considerou "globalmente não cumprido".

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista

Regionalização

O tema regionalização mexe com interesses. Por isso, não é pacífico. Do que se trata é de construir uma forma diferente de distribuição de poder e, nesse processo, há quem ganhe e quem perca.

Em Portugal, quando dá jeito, fazem-se discursos laudatórios sobre regionalização, mas o receio, o temor próprio de quem não está disposto a assumir riscos e a desconfiança nos "provincianos" levou a que o nível regional, embora tenha sido consagrado na Constituição da República e a Assembleia da República ter aprovado, em 1991, por unanimidade, a Lei da criação das Regiões, essas, nunca viram a luz do dia.

A cultura dominante na classe política no nosso País é claramente conservadora e portadora de desconfiança em relação às capacidades dos que vivem fora da capital. Basta analisar os argumentos utilizados por muitos agentes políticos contra a regionalização. São todos de carácter defensivo, invocando o enorme despesismo que daí resultaria, o descontrolo das finanças públicas, o aumento de número de cargos políticos e de corrupção.

Sobre o receio da derrapagem das finanças públicas, se o País foi intervencionado por instâncias internacionais, por situações de banca rota e por mais do que uma vez nos últimos 40 anos, foi uma administração de forte pendor centralista a única responsável e, na última intervenção da "Troica", foi o nível municipal o que melhor respondeu à tomada de medidas de contenção financeira. Acresce que será sempre possível impor regras sobre a limitação de défices, quanto à admissão de pessoal e às despesas correntes e de investimento das Regiões

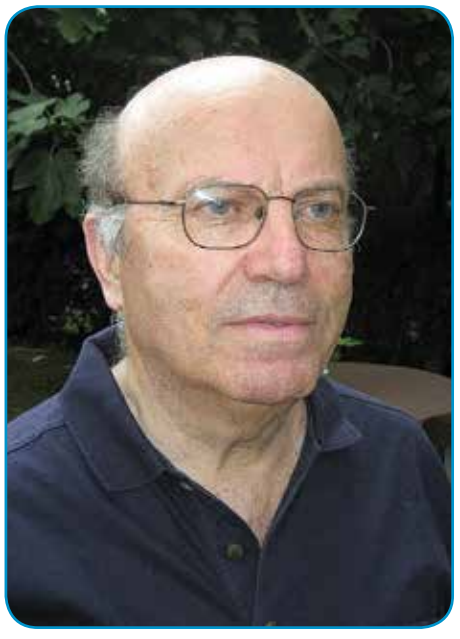
Sobre os pontos relacionados com mais burocracia, novos "*Terreiros do Paço*", novos agentes políticos, esses são riscos que estarão presentes numa reforma desta natureza e a atitude prudente aconselha que estejam bem identificados e que se adotem os procedimentos necessários para serem mitigados.

Na moderna conceção de governo o centro só deve intervir quando os níveis de administração situados a uma escala inferior, em razão de uma dada matéria, não o podem fazer. Enquanto instituições como a Igreja Católica e a União Europeia adotaram e consagraram em lei e na prática o princípio da subsidiariedade, nós, por cá, continuamos a hesitar.

A grande dificuldade para que a regionalização se faça tem a ver com o facto de o poder dominante não ser portador de uma cultura reformadora, dinâmica e disposta a correr riscos.

Assim, é muito difícil mobilizar vontades para alterar práticas que podem ser reconhecidas como necessárias, mas que nunca vão em frente porque exigem fortes convicções, ingrediente que escasseia na classe política.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



Primaveras que nunca chegaram

Morreu não há muito, em pleno tribunal onde iria ser julgado pela segunda vez, aquele que foi presidente egípcio entre 2012 e 2014, altura em foi deposto por um golpe militar Chamava-se Mohamed Morsi e foi o primeiro chefe de estado daquele país eleito democraticamente ou, pelo menos, eleito em condições tidas como verdadeiramente democráticas. Morsi foi um activista que chegou à presidência do seu país com o apoio da chamada Irmandade Muçulmana, uma organização religiosa e social tida por muitos como fundamentalista. Este rótulo trouxe-lhe muitos adeptos, mas acarretou-lhe também uma forte oposição interna, além de uma grande desconfiança externa.

Apesar da sua vontade der ser aceite como presidente de todos os egípcios, tornou-se evidente que a eleição de Morsi veio dividir perigosamente o país e pôr ainda em causa as suas relações externas. O mais grave, porém, foi que a estrutura militar, que no período da "primavera árabe" tinha abandonado à sua sorte o então presidente Mubarak deu sinais claros de querer abandonar também o novo chefe de estado, abrindo caminho à ascensão política do comandante das forças armadas, o general al-Sissi, que se promoveu, entretanto, a marechal e, mais tarde, se proclamou vencedor de umas eleições em que terá obtido mais de 90% dos votos... O país entrava assim numa nova era política, mas a esperança na chegada próxima de uma primavera democrática acabou por dar lugar à realidade de um inverno sem fim à vista, como aconteceu noutros países do norte de África do Médio Oriente.

Mubarak, que governou o Egipto durante trinta anos, foi um presidente cujo peso na política externa não foi acompanhado por um prestígio igual a nível interno, devido às múltiplas acusações de que foi alvo e que se prendiam sobretudo com a corrupção, acabando por ser afastado ingloriamente depois de múltiplas manifestações populares que ficaram para a história recente do Egipto e que se traduziram no triunfo eleitoral de Mohamed Morsi.

É certo que este foi eleito democraticamente e fez promessas de democratização que pareciam sinceras, mas em que os militares não acreditaram, convencidos com estavam de que a sua ligação à Irmandade Muçulmana acabaria por arrastar o Egipto para a esfera do fundamentalismo religioso e político Na perspectiva dos militares, e não só, este fundamentalismo afastaria irremediavelmente o país não só do grupo dos seus amigos ocidentais, mas também de alguns dos países árabes, seus vizinhos e aliados. O estranho desaparecimento de Mohamed Morsi pode ter provocado, e certamente provocou, algum alívio entre os militares que detêm o poder, mas tornaram ainda mias difícil, senão mesmo impossível, a chegada de qualquer primavera política àquele país. Ao Egipto, e não só.

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do Centro Social de Ermesinde

A tomada da Bastilha

Aproveitando a indulgência da data mais tardia do fecho desta edição, escrevo a presente crónica apenas no dia 14 de Julho, data em que se perfazem 230 anos sobre a Tomada da Bastilha, episódio desencadeador da Revolução Francesa – Revolução que marca a criação do moderno Estado de Direito, baseado no princípio de que todos os cidadãos são considerados iguais perante a lei, em dignidade e direitos.

A Revolução Francesa acabou, com efeito, com os privilégios de casta ou origem social, que estavam na base do Ancien Regime, estabelecendo, num documento fundador das democracias liberais, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que parte do pressuposto irrefragável da igualdade em direitos civis e políticos de todos os membros de uma comunidade.

São ainda essas regras de igualdade essencial entre os cidadãos que vieram mais tarde, já no século XX, marcar outro documento fundador para a compreensão do tempo que vivemos: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948, que alarga a todos os membros da comunidade humana, seja qual for a latitude ou longitude onde vivam ou a nacionalidade que possuam, essa essencial igualdade de direitos determinada pelos revolucionários franceses de 1789 e, na sequência da Revolução Francesa, estendida aos principais países europeus nas décadas seguintes.

Em Portugal, como se sabe, foi a Revolução liberal de 1820, nascida no Porto, que acabou com o sistema de castas, ou classes, dotadas de privilégios fundamentados no sangue ou na ordenação eclesiástica, estabelecendo um país igual para todos, pelo menos em teoria, independentemente do nascimento ou do múnus sacerdotal.

Foi a Constituição de 1822 o documento legislativo supremo em Portugal que, pela primeira vez, instituiu a igualdade de todos os portugueses e sujeitou o poder real aos limites do sufrágio popular.

(Embora, como se sabe, de acordo com os cânones culturais da época, essa igualdade não abrangesse as mulheres, privadas dos direitos de participação na vida pública, em condições de igualdade com os homens, até há muito pouco tempo.)

2 – O materialismo histórico, que constituiu a ideologia dominante das elites intelectuais e do ensino durante praticamente toda a segunda metade do Século XX, justamente advertia de que a igualdade formal, "burguesa", que caracterizava – e caracteriza ainda hoje, no que tem de virtudes e defeitos – as democracias liberais, não resolvia o problema de fundo da persistência e injustiça das desigualdades de classe, derivadas do regime de propriedade dos meios de produção pelos detentores do capital e da apropriação por estes do produto das mais valias resultantes da exploração da força de trabalho.

A falência do chamado "socialismo científico", assente em pressupostos de trabalho intensivo, segundo o modelo da produção industrial clássica, dificilmente compatível com o desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas e com os efeitos reparadores do moderno Estado Social, não faz esquecer o fundado juízo desse modelo de explicação do devir histórico quanto ao efeito de exclusão do progresso e do bem estar material mínimo de largas camadas de cidadãos, que, além do lumpen-proletariado, não obstante disporem de um posto de trabalho, se encontram em estado de pobreza e exclusão.

É principalmente para estes que existem instituições particulares de solidariedade social, cuja actividade, no modelo português de protecção social, ancora o dever do Estado Social, digno desse nome, na correcção das desigualdades e na protecção dos mais fracos e mais desguarnecidos de apoio.

Com efeito, o primeiro dever das Instituições como as nossas, as que compõem o universo da CNIS, é o da integração na plenitude da participação na vida colectiva dos vários grupos de excluídos ou marginalizados: os pobres, as pessoas com deficiência, os velhos sós ou dependentes, os imigrantes, as minorias étnicas, raciais e religiosas, os refugiados, os menores em risco …

A este propósito, nos últimos dias, o debate público, com particular desenvolvimento na imprensa e nas redes sociais, gira em torno de um artigo da autoria da historiadora Fátima Bonifácio, no jornal "Público", o qual, no fundo e no essencial, defende a doutrina da impossibilidade geral de integração no nosso modo de vida por parte de ciganos e afro-descendentes, portadores de valores civilizacionais que não seriam herdeiros da Declaração dos Direitos herdada da Revolução Francesa e seriam incompatíveis com a matriz cristã da civilização europeia.

As posições da autora do artigo têm sido – e ela própria também – alvo de condenação praticamente unânime, por dois motivos fundamentais: por não ser factualmente exacto o diagnóstico da desarmonia entre os valores dessas minorias e os que caracterizam, quer a herança da Revolução Francesa, quer a tradição cristã da Europa; e pela generalização a todo um grupo de determinadas características negativas, manifestadas por alguns membros desses mesmos grupos, num processo de contaminação que é alheio à responsabilidade individual e que não é, nem intelectual, nem moralmente, admissível.

3 – Não é esse o ponto, nem a perspectiva, que me levam a evocar a polémica; mas sim o facto de ela nos encaminhar para o que tem sido, ao longo de décadas, o punctus saliens do trabalho das Instituições de Solidariedade: as Instituições reproduzem o modelo social vigente, perpetuando desigualdades, embora amaciando os seus efeitos, numa perspectiva reparadora, depreciativamente apodada de "assistencialista" por sectores políticos hostis ao papel da economia social e solidária; ou promovem o desenvolvimento social e humano, numa visão progressista do trabalho social, aproximando os destinatários das suas acções do quadro de valores próprios da democracia liberal que felizmente nos enquadra e logrando a sua participação nas diversas instâncias da vida colectiva, com vista à sua plena integração na sociedade onde vivem – seja qual for a origem da sua desigualdade?

Tenho como certo que o carisma das Instituições se inscreve nessa segunda perspectiva – de que constitui bom exemplo o processo de acolhimento que Portugal levou a efeito, com a participação essencial das Instituições solidárias, relativamente aos refugiados fugidos da guerra no Médio Oriente, ou o trabalho diário que várias Instituições desenvolvem em bairros sociais problemáticos, de que constitui por sua vez exemplo o Programa "Escolhas".

É por isso que as Instituições não podem ficar alheias a este debate: a defesa das posições identitárias exclusivas de alguns sectores da sociedade, por sua vez excludentes da diferença, colocam em causa o núcleo essencial das Instituições de Solidariedade – que consiste na contribuição para a construção de um País igual para todos.

4 – Claro que alguns meios políticos aproveitaram a maré (favorável) para o disparate: a cavalo nas inconveniências escritas por Fátima Bonifácio, já propõem uma discriminação positiva para ciganos, afro-descendentes e o mais que virá.

Trata-se de garantir, por exemplo, quotas prioritárias de ingresso nas universidades públicas.

Essa reivindicação surgiu ao mesmo tempo que os jornais noticiam, a tal propósito, que cerca de um terço das admissões nas Universidades públicas já abrangem contingentes especiais e preferenciais; que dizer, sem precisarem de nota de ingresso, como acontece com os alunos com acesso segundo as regras normais.

De forma que, se vingarem essas posições, poderá acontecer que um aluno do contingente geral, que fez laboriosamente o ensino secundário numa escola pública, e que já sofre a concorrência dos alunos que vêm de escolas privadas, com notas afeiçoadas à garantia do ingresso, e vê um terço dos lugares de ingresso ocupados por estudantes que podem ter pior classificação do que ele, verá ainda mais diminuída a sua margem de acesso pelas novas quotas para minorias étnico-religiosas.

Querem mais quotas? Então criem-nas para estudantes do sexo masculino nas Universidades ou para homens na judicatura, onde a presença do antigo sexo forte tende cada vez mais para a insignificância.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

Cuidado e carinho dispensado aos idosos rende distinção a Domingos Rosa

O presidente da Fundação AFID Diferença, Domingos Rosa, foi um dos homenageados do prémio «Nunes Correa Verdades de Faria», na categoria «Cuidado e Carinho Dispensados aos Idosos Desprotegidos», referente ao ano de 2018.

Reconhecido pelo trabalho desenvolvido na presidência da Fundação AFID Diferença, Domingos Rosa tornou-se numa personalidade reconhecida na área da deficiência, quer a nível nacional, quer internacional.

Desta forma, o prémio «Nunes Correa Verdades de Faria» distinguiu o trabalho do presidente da Fundação AFID pela atividade centrada no concelho da Amadora e pela contribuição com o seu esforço, trabalho e investimento pessoal e profissional no cuidado e carinho, promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar da população idosa, sobretudo, a mais desprotegida.

O prémio «Nunes Correa Verdades de Faria» destina-se a galardoar os indivíduos (de qualquer nacionalidade) que, em Portugal, mais tenham contribuído pelo seu esforço, trabalho ou estudos, para cada uma das seguintes áreas: no cuidado e carinho dispensados aos idosos desprotegidos; no progresso da medicina na sua aplicação às pessoas idosas; e no progresso no tratamento das doenças do coração.

A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar na Residência Faria Mantero, em Lisboa, no passado dia 4 de julho.

Por outro lado, pelo segundo ano consecutivo, a AbbVie Portugal escolheu a Fundação AFID Diferença como parceira para uma ação de solidariedade. A bio farmacêutica ajudou a remodelar quartos de 16 utentes do Lar Residencial da instituição, uma vez mais sob o lema «AbbVie Gives Back».

"Os espaços ficaram mais acolhedores e familiares e menos institucionais. Sem esta iniciativa não teríamos trocado camas que já tinham 20 anos. Os quartos foram pintados e decorados tendo em conta o gosto e preferência dos nossos clientes. Só temos de agradecer à AbbVie e aos colaboradores, que com esta iniciativa deram um novo brilho ao dia a dia dos nossos jovens", referiu a diretora do Lar Residencial, Ana Cristina Fernando.

A iniciativa solidária inseriu-se no âmbito da «Week of Possibilities», o projeto global de responsabilidade social do bio farmacêutico global.

"Uma vez por ano, durante uma semana, dedicamos o nosso tempo a atividades para a comunidade. São mais de 30 mil horas a ajudar quem mais precisa. Faz parte do nosso ADN ajudar a população, porque o valor de dar o nosso contributo à comunidade onde estamos inseridos é fundamental, é a nossa filosofia. Para nós, a AFID é uma instituição que é um exemplo e foi, por isso, que a escolhemos para ser nossa parceira nesta iniciativa extremamente valiosa para as pessoas que aqui vivem", afirmou Carlo Pasetto, diretor-geral da AbbVie Portugal.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

«Arraial de Verão» no fecho do ano letivo

Os utentes das diferentes respostas sociais do Centro Social das Lameiras (duas creches, pré-escolar, centro de atividades dos tempos livres, centro de estudos e animação juvenil, animateca do eurobairro, estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e serviços de apoio domiciliário) saíram do conforto diário nos espaços da instituição e foram até ao recinto do edifício das Lameiras e aí participaram no muito animado «Arraial de Verão».

Ali, centenas de pessoas, entre familiares, amigos e residentes, deram vivas à sua chegada e desfrutaram daquilo que cada grupo das diferentes valências tinha preparado para oferecer.

O «Arraial de Verão», designação para a festa de encerramento das atividades letivas 2018/19, foi em vésperas de S. Pedro e de S. Paulo, e acolheu diversas representações alusivas ao verão e que deram um colorido bem diferente ao fim de tarde início de noite.

Danças e cantares, poemas e declamações, entre outras variedades culturais, animaram as hostes, com destaque para a presença da cantora Marissol.

A parte norte do recinto do complexo habitacional das Lameiras quase se encheu de gente ávida por apreciar as diferentes atuações e por desfrutar dos diferentes petiscos que foram colocados ao dispor da população.

Muita luz, cor e criatividade deram vida ao palco, com presenças de todas as idades, entre os dois e os 97 anos. Os finalistas de cartola, como manda a tradição, receberam o respetivo diploma das mãos do presidente da AML, Jorge Faria, e homenagearam as respetivas docentes e pessoal auxiliar.

Entretanto, as iniciativas de verão com atividades específicas desta Associação já se iniciaram com o arranque das colónias balneares a

decorrer na praia do Forno, em Vila do Conde, até ao dia 26 de julho. Estão inscritos 211 utentes entre crianças, jovens e algumas pessoas idosas. Em Vila do Conde, existe o apoio de uma escola local, onde diariamente é servido o almoço, transportado desde o Centro Social das Lameiras, em Vila Nova de Famalicão.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Exposição de pintura «Diamonds and Rust» para ver até ao próximo dia 21

«Diamonds and Rust» são quatro dezenas de pinturas, da autoria dos utentes da Sala O2, do Centro de Atividades Ocupacionais da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC).

A exposição decorre no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra, e está patente até ao próximo dia 21 de julho.

Criadas com recurso às técnicas da colagem, relevos, folha de cobre, pintura, ferrugem e stencil, as obras podem ser vistas e adquiridas, de segunda a sexta (das 8H00 às 18H00).

«Diamonds and Rust» tenta suscitar em cada visitante uma interpelação de ideias pré-concebidas em torno dos conceitos de beleza e fealdade. Estendendo a metáfora para o processo criativo que originou este conjunto de trabalhos, procura-se mostrar como uma realidade mais áspera e suja (a «ferrugem» do título) pode levar ao brilho e à luz (os «diamantes» que são cada um dos utentes envolvidos e as suas obras).

Trata-se da sexta exposição coletiva dos utentes da Sala O2, tendo sido já dadas a conhecer coleções dedicadas à linoleogravura, à pintura, à monotipia, à escultura, aos brinquedos de mola ou aos fantoches.

A apresentação pública de trabalhos artísticos ou produtos manufaturados é uma forma de apoiar e fomentar o processo inclusivo, em linha com a missão da APCC de promover a inclusão social de pessoas em situação de desvantagem, com especial incidência nos que têm deficiência ou incapacidade.

A Sala O2, que funciona na Quinta da Conraria, é frequentada por pessoas com significativas limitações da atividade e restrições na participação, mas empenhadas em trabalhar – com ou sem adaptações – e mostrar as suas atividades sociais, criativas ou lúdicas, numa perspetiva ordenada do saber fazer.

A inauguração aconteceu perante colaboradores da Associação e os primeiros visitantes, com a presença de Fernando Filipe de Oliveira, presidente da Direção, e António Valente, professor de artes plásticas e responsável pelo projeto SOCRIN – Socialmente, Criativo e Inclusivo, em que esta iniciativa se insere e que procura contribuir para a visibilidade social deste grupo de pessoas.

ENGENHO, VILA NOVA DE FAMALICÃO

«Cuidados da pessoa com demência» estiveram em debate

A Engenho – Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este, de Vila Nova de Famalicão, organizou, no passado mês de junho, no lar «A Minha Casa», um workshop subordinado ao tema: «Cuidados da Pessoa com Demência em Contexto Institucional».

O encontro contou com a presença de Sofia Fernandes, vereadora da Família e Saúde da Câmara Municipal de Famalicão, Luís Durães, enfermeiro especialista em demências, e Marta Parreira, neuropsicóloga clínica e especialista na área da estimulação cognitiva nas demências.

A sessão contou ainda com Lia Sousa, enfermeira especialista em saúde mental e psiquiatria.

Para Carla Silva, diretora-técnica do lar da Engenho, o encontro foi um "momento privilegiado para o conhecimento, reflexão e partilha de boas práticas em torno das pessoas portadoras destas doenças cada vez mais prevalecentes, quer em contexto familiar quer institucional", destacando que "estas pessoas são merecedoras de todos os cuidados, de abordagens específicas e de ambientes e práticas estimuladoras nunca descurando a sua condição humana".

No decorrer dos trabalhos os participantes, técnicos e auxiliares de ação direta de instituições com respostas sociais de ERPI e de Serviço de Apoio Domiciliário, do município de Famalicão e da região, foram sensibilizados e esclarecidos sobre aspetos relacionados com a abordagem centrada na pessoa com demência, envelhecimento e estratégias e técnicas de estimulação e comunicação.

A iniciativa enquadrou-se no programa comemorativo do 25º Aniversário da Engenho, que decorre ao longo deste ano de 2019.

Noutro âmbito, foi uma Eco Caminhada a forma encontrada pela Engenho para sensibilizar a comunidade a propósito do Dia do Ambiente.

A ação, enquadrada no projeto Eco Escolas, realizou-se durante a manhã e envolveu crianças, equipas educativas, pais e familiares e teve como grande objetivo sensibilizar a comunidade para separação de resíduos, recolha seletiva e utilização correta dos ecopontos.

Neste contexto os participantes fizeram a entrega de kits de sacos nas casas, com "pequenas conversas porta a porta e com transeuntes sobre medidas amigas do ambiente no que se refere à produção, destino e tratamento dos resíduos domésticos", como explicou a coordenadora pedagógica Carla Vale.

A Eco Caminhada realizou-se em parceria com a União de Freguesias, a Resinorte e o Ginásio Gym Star e teve início com uma aula de aquecimento, no anfiteatro da Engenho, seguindo por diferentes ruas e lugares de Arnoso Santa Maria.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

SINAL MAIS

GERTAL
ITAU

SOGENAVE

STRONG CHARON
TAMPER

UPK
CLIMAMOR

B2B

CERGER

FEB CAFÉS
CATEFRU
SOCIGESTE

IBERLIM

PAPIRO
VALDOC

VIVAMAIS

SERDIAL

BIOSOG

TICKET SERVIÇOS
FLEXBEN

A TEMPORÁRIA
A TEMPORÁRIA
OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

IGUALDADE DE GÉNERO

Entre homens e mulheres há diferença salarial de 15 por cento

A diferença salarial entre homens e mulheres em 2017 foi de cerca de 15%, traduzida em mais 150 euros na remuneração média mensal base dos homens, de acordo com os dados de um barómetro apresentado pelo Governo.

Em 2017, o salário base dos homens em Portugal fixou-se 1.008,8 euros mensais, acima dos 859,1 euros mensais das mulheres, uma diferença de 14,8% a favor dos homens, que é ainda maior, de 18,2% se for tido em conta os salários efetivamente ganhos.

Os dados constam do Barómetro das Diferenças Remuneratórias entre Homens e Mulheres, hoje apresentado em Lisboa, que revela também que se a análise for feita tentando minimizar o efeito de algumas variáveis que podem ajudar a explicar as diferenças salariais entre homens e mulheres, como o nível de qualificação profissional, habilitação literária ou antiguidade no emprego, entre outros, a diferença percentual entre géneros baixa para 11,2%.

"Há fatores que explicam -- diferentes níveis de qualificação ou diferenças de natureza profissional -, mas depois de corrigir tudo isso permanece uma diferença inexplicável, que por vezes poderá ser até explicada por atos de discriminação salarial", disse aos jornalistas o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, no final da cerimónia.

O ministro apontou o combate às diferenças salariais entre homens e mulheres como uma prioridade e defendeu que "este barómetro traz mais informação sobre a natureza" dessa desigualdade, pretendendo-se que no futuro possa ser um instrumento de correção usado pelas empresas.

O barómetro, que permite perceber as diferenças a nível nacional, regional e setorial, mostra que em setores de atividade com recursos humanos mais qualificados o fosso salarial entre homens e mulheres se agrava, quando "seria de esperar que os diferenciais pudessem ser mais próximos de zero", o que o ministro disse não ser dissociável de uma maioria de homens em cargos de decisão.

O setor de atividade económica em que existe maior fosso salarial entre homens e mulheres, se for tido em conta o indicador que não têm em conta fatores atenuantes, é o das atividades artísticas e desportivas, onde a diferença é de 57,1%.

Tendo em conta as variáveis atenuantes, a diferença neste setor baixa para os 19,6%.

Em termos distritais, Setúbal, Leiria, Aveiro, Lisboa lideram a lista do maior fosso salarial entre salários base médios, estando Aveiro próximo de uma diferença de 20% em desfavor das mulheres.

O Barómetro, elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento, na dependência do ministério tutelado por Vieira da Silva, teve em conta informação disponibilizada pelas empresas, e refere-se a todo o país, incluindo as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Até ao final do ano devem ficar disponíveis os dados relativos a 2018.

ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

Aprovado por unanimidade

Os partidos, da esquerda à direita, congratularam-se na Assembleia da República com o trabalho conjunto que levou à aprovação, por unanimidade, de uma lei que cria o Estatuto do Cuidador Informal, a partir de diferentes diplomas.

A nova legislação, que teve como base projetos de BE, PCP, CDS-PP, PSD e PAN e uma proposta de lei do Governo, conta com o apoio do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que saudou antecipadamente "a concretização desse primeiro passo" para apoiar aqueles que prestam informalmente cuidados a pessoas em situação de dependência.

No final das votações, Filipe Anacoreta Correia, do CDS-PP, afirmou que "esta é uma matéria prioritária" para o seu partido e que "hoje é seguramente um dia histórico", congratulando-se com "os consensos possíveis" que permitiram a elaboração deste texto de substituição na Comissão de Trabalho e Segurança, embora ressalvando que não é a lei "desejável".

"É naturalmente com expectativa que olhamos para uma mudança que possa ocorrer no Governo e que possa também trazer melhorias aos cuidadores informais", acrescentou o deputado do CDS-PP, referindo que a regulamentação da lei aprovada, para a qual foi estabelecido um prazo de 120 dias, possivelmente ocorrerá após as legislativas de 06 de outubro.

Também José Soeiro, do BE, saudou "esta vitória", felicitando em particular os cuidadores informais que lutaram pela criação deste estatuto. "Pode faltar muita coisa para completá-lo, mas temos um enquadramento para agora", salientou, acrescentando: "Penso que fizemos muito em conjunto, fizemos muito em conjunto dos cuidadores".

A deputada do PCP Diana Ferreira disse que o seu partido "se empenhou na construção deste diploma e que resulta de um largo trabalho na especialidade" e gostaria que se tivesse ido mais longe, mas ainda assim defendeu que a legislação que foi aprovada por unanimidade "representa avanços importantes", prometendo atenção à sua concretização.

Luís Soares, do PS, considerou que "hoje para além de ser um dia histórico é, sobretudo, um dia feliz" para a política portuguesa e para o país, porque o parlamento conseguiu "dar um passo determinante para reconhecer um ato de altruísmo, um ato de amor de uma pessoa para com outra", assegurando "mais apoios para os cuidadores".

O deputado do PS referiu que "este é um trabalho de todos, um trabalho conjunto", e também "um trabalho do Governo, que dá origem a este diploma", sustentando: "Avançamos sempre mais nos governos do PS".

Helga Correia, do PSD, fez questão de "exaltar este parlamento que foi capaz de construir consensos numa matéria inovadora", apontando o Estatuto do Cuidador Informal como "um primeiro passo de muitos outros" que têm de ser dados.

Segundo Helga Correia, o PSD esteve sempre "disponível para construir uma solução efetiva" nesta matéria, "acima de qualquer interesse ou agenda político-partidária". A deputada mencionou que esta legislação " tem de ser regulamentada pelo Governo saído das próximas eleições".

O estatuto aprovado define, entre outras medidas, um subsídio de apoio aos cuidadores, o descanso a que têm direito e medidas específicas relativamente à sua carreira contributiva.

Estima-se que em Portugal existam entre 230 mil a 240 mil pessoas cuidadas em situação de dependência.

ASSOCIAÇÃO APLAUDE

A Associação Nacional de Cuidadores Informais congratulou-se com a criação do Estatuto porque passa a haver um ponto de partida que pode ser melhorado, salientando que fica aquém das pretensões da associação, nomeadamente em matéria de proteção laboral. "Congratulamo-nos por haver um estatuto, sendo que não são só medidas de apoio avulso", disse a presidente da Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI).

Segundo Sofia Figueiredo, este pode não ser o Estatuto ideal, mas é um ponto de partida que pode ser melhorado, ao contrário do que acontecia até agora em que não existia qualquer documento. "Sempre defendemos um estatuto porque com um estatuto há uma base para depois poder continuar a melhorar o mesmo", apontou.

Ainda assim, admitiu que este estatuto fica aquém do que os cuidadores informais pretendiam já que "não está contemplada a proteção laboral". "Gostaríamos de ter já medidas para os cuidadores não serem obrigados a perder o seu emprego, para promover o bem-estar em casa, no domicílio, para as pessoas não terem de ir para um lar por falta de recursos, de condições, porque nem todas as pessoas se podem desempregar para cuidar dos seus em casa", apontou.

Defendeu que também seria "muito importante" que tivesse sido possível contabilizar a carreira contributiva dos cuidadores informais para trás, através de um atestado multiusos, sublinhando que essas pessoas perderam o emprego, muitas delas há muitos anos, e que, consequentemente, não têm uma carreira contributiva e estão mais vulneráveis a situações de pobreza.

Elogiou, por outro lado, a forma como o descanso do cuidador foi contemplado no documento, desde logo por prever que esse descanso possa ser feito em casa de modo a que o cuidador não tenha de institucionalizar a pessoa cuidada para descansar, mesmo que por períodos curtos.

"Também achamos importante que a Rede Nacional de Cuidados Continuados cobre um valor mais baixo às pessoas com menos recursos para o descanso do cuidador porque estamos a falar de pessoas que estão empobrecidas", destacou Sofia Figueiredo.

José Figueiredo
Economista

Porque estão os muito ricos preocupados com a desigualdade?

A resposta dos muito ricos aos males do mundo é, genericamente, a filantropia.

Obviamente não conhecemos as motivações pessoais profundas dos filantropos. Pode ser um desejo genuíno de ajudar os outros, pode ser apenas um meio de aliviar a consciência ou até um puro projeto de promoção pessoal. Simplesmente não sabemos.

Independentemente das motivações subjetivas, a filantropia é, em si mesma, uma coisa boa. O dinheiro que os muito ricos dedicam à filantropia teria como uso alternativo a aplicação em produtos financeiros ou o pagamento de impostos.

A parte dos impostos que, alternativamente, seria aplicada a ajudar os mais fracos seria sempre relativamente pequena, a parte que, de outro modo, iria parar os mercados financeiros, com toda a probabilidade, faria apenas aumentar o valor dos ativos de mercado (mais procura) tornando os mais ricos ainda mais ricos.

Deste modo, considerando as alternativas, a filantropia, de um modo geral, é uma coisa boa para a comunidade.

Por exemplo, considerando os dois exemplos pessoais dos bilionários referidos na crónica anterior, Ray Dalio e Jamie Dimon, ambos são ativos filantropos e, do que sei, filantropos esclarecidos que investem muito em projetos educativos dedicados aos mais desprotegidos. Tenho dificuldade em escolher melhor destino para a atividade filantrópica – ensinar a pescar é sempre melhor que dar um peixe.

Contudo, a resposta filantrópica, por muito boa que seja, é sempre uma resposta limitada.

O estado e as políticas públicas podem e devem intervir. Assumindo, como parece autoevidente, que a regressão em matéria de igualdade ou que a redução sistemática da parte salarial no rendimento nacional corresponde a falhas de mercado, o estado deve intervir.

Continuo a acreditar que a medida mais eficaz para compensar as falhas de mercado nesta matéria é a política do salário mínimo.

O atual governo de Portugal tem o mérito de, contra as Cassandras de extração liberal duvidosa, ter colocado como objetivo (que vai cumprir!) de subir o salário mínimo em 19% na legislatura 2015/2019.

Para os que previam o fim do mundo em ceroulas, as falências massivas, nomeadamente no setor exportador, uma espiral inflacionista descontrolada, o que vemos é: as exportações de mercadorias cresceram 18,25% (em volume) entre 2015 e 2018, representam atualmente 28,7% do PIB, o valor mais alto de sempre. Quanto à inflação (preços no consumidor) continua por baixo de 1%! Tanto mal que nos fez o aumento do salário mínimo…

Mesmo com este aumento estamos longe de ter um salário mínimo elevado por padrões europeus. Comparando com Espanha e corrigindo do fator 14 meses, o salário mínimo em Espanha é 27% mais alto que em Portugal.

Notar que o tema do salário mínimo é particularmente eficaz em Portugal porque o nosso país é dos que tem uma maior percentagem de trabalhadores abrangidos pelo salário mais baixo. Qualquer aumento do salário mínimo melhora as condições de vida de um grande número de famílias.

Mas o estado pode e deve intervir também ao nível da redistribuição, via política fiscal e política de rendimentos.

No caso dos muito ricos que ultimamente têm manifestado preocupação pública com o crescimento da desigualdade económica, raramente vemos a extração da óbvia conclusão de que, uma forma simples de fazer justiça, é aplicar taxas de imposto mais elevadas sobre os rendimentos com muitos zeros.

Nos países de capitalismo avançado o tradicional argumento contra taxas marginais de imposto elevadas sobre os grandes rendimentos é o desincentivo ao trabalho e à produtividade – para quê trabalhar mais se, a partir de um determinado ponto, estamos a trabalhar para o estado?

Este argumento é perverso. Desde logo porque, como vimos na última crónica, o aumento da desigualdade económica não favorece necessariamente a produtividade. Pelo contrário, pode até acontecer que, a partir de determinado limiar, o trabalho fique de tal maneira barato que é economicamente interessante substituir capital e tecnologia por trabalho e, consequentemente, baixar a produtividade.

Por outro lado, embora não haja necessariamente uma relação causal, o que vimos historicamente foi que a produtividade nas economias de capitalismo avançado aumentou mais justamente nas épocas em que as taxas de imposto marginais eram muito elevadas, ou seja, quando os ricos pagavam impostos à séria. Se havia realmente desincentivo à inovação e à produtividade, não se notou muito nas estatísticas…

Em Portugal, contra o agravamento da imposição sobre os rendimentos mais altos, vejo frequentemente um argumento igualmente tosco. Em Portugal há poucos ricos, dizem, um eventual agravamento da carga fiscal sobre os ricos renderia pouco…

Na verdade, a acreditar nas estatísticas do IRS, há tão só 2794 declarações acima de 250.000 euros e, se baixarmos a fasquia para os 100.000 euros, tropeçamos apenas em 40.996 (dados de 2016).

É pouco, sem dúvida. Contudo, segundo os dados publicados no portal do ministério das finanças, o último escalão do IRS (taxa de 48%), embora com um número de declarações relativamente pequeno (0,21%) representa 10,80 % do imposto pago. Se descermos para o segundo escalão (taxa de 45%) temos 3,61% das declarações e 31% da arrecadação.

Resumindo, não descartaria uma maior progressividade fiscal.

Talvez fosse tempo também de fazer cair um tabu que vejo falho de sentido – o tema do imposto sobre a fortuna.

Contra o imposto sobre a fortuna milita um vasto conjunto de argumentos que vão desde a difícil praticabilidade até à injustiça da dupla tributação.

Diz-se que tributar a fortuna é tributar duas vezes. De facto, em princípio, a fortuna de hoje foi rendimento no passado e já foi tributada enquanto tal. Assumindo que a fortuna se constitui com rendimentos elevados podemos até supor que foi fortemente tributada!

Reconheço que não é um tema simples e que a tributação da fortuna não é propriamente um padrão no mundo do capitalismo avançado.

Na Europa apenas quatro países têm atualmente um sistema de tributação da fortuna, a saber, Suíça, Espanha, Noruega e França, sendo que neste último apenas uma parte (o imobiliário) é taxado.

Os montantes de arrecadação também não são gigantescos. Só na Suíça ultrapassa a marca de 1% do PIB, com 0,2% em Espanha e na França e um pouco mais na Noruega. Porque perder tempo com coisa tão curta?

Defendo que a tributação da fortuna é justa e pode ser efetiva. Defendo igualmente que foram razões ideológicas que levaram a maioria dos estados a abandonar a tributação da fortuna ou a dar-lhe um conteúdo restrito (caso da França sob Macron)

Mas se é de justiça que falamos e se é de reduzir desigualdades que falamos este tema devia ser incontornável e devia ser objeto de um debate sério. Fica para outro dia.

Sogenave
Food Solutions

40 anos a servir
as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.
Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

TEMOS A SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224
www.sogenave.pt

apcer ISO 9001 · apcer ISO 14001 · apcer ISO 22000 · IQNet

SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A.
Lisboa • Rua da Garagem, 10 • 2794-022 Carnaxide • Porto • Rua das Cardosas, n.º 1495 • S. Pedro Fins • 4425-510 Maia

Foto: Victor M. Pinto

Moçambique à espera do futuro

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446| **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

FROTA SOLIDÁRIA

Fundação Montepio entrega viaturas adaptadas a 20 IPSS de todo o país

A Fundação Montepio entregou, no final do mês de junho, 20 viaturas adaptadas a 20 instituições de solidariedade de todo o país, uma iniciativa no âmbito do projeto Frota Solidária.

Em 2018, a Fundação Montepio recebeu, por via da Consignação Fiscal, 157.558,77 euros, montante que devolveu à sociedade civil através de mais uma edição da Frota Solidária e da oferta de 20 novas viaturas, adaptadas e transformadas, a 20 instituições de solidariedade social de todo o país.

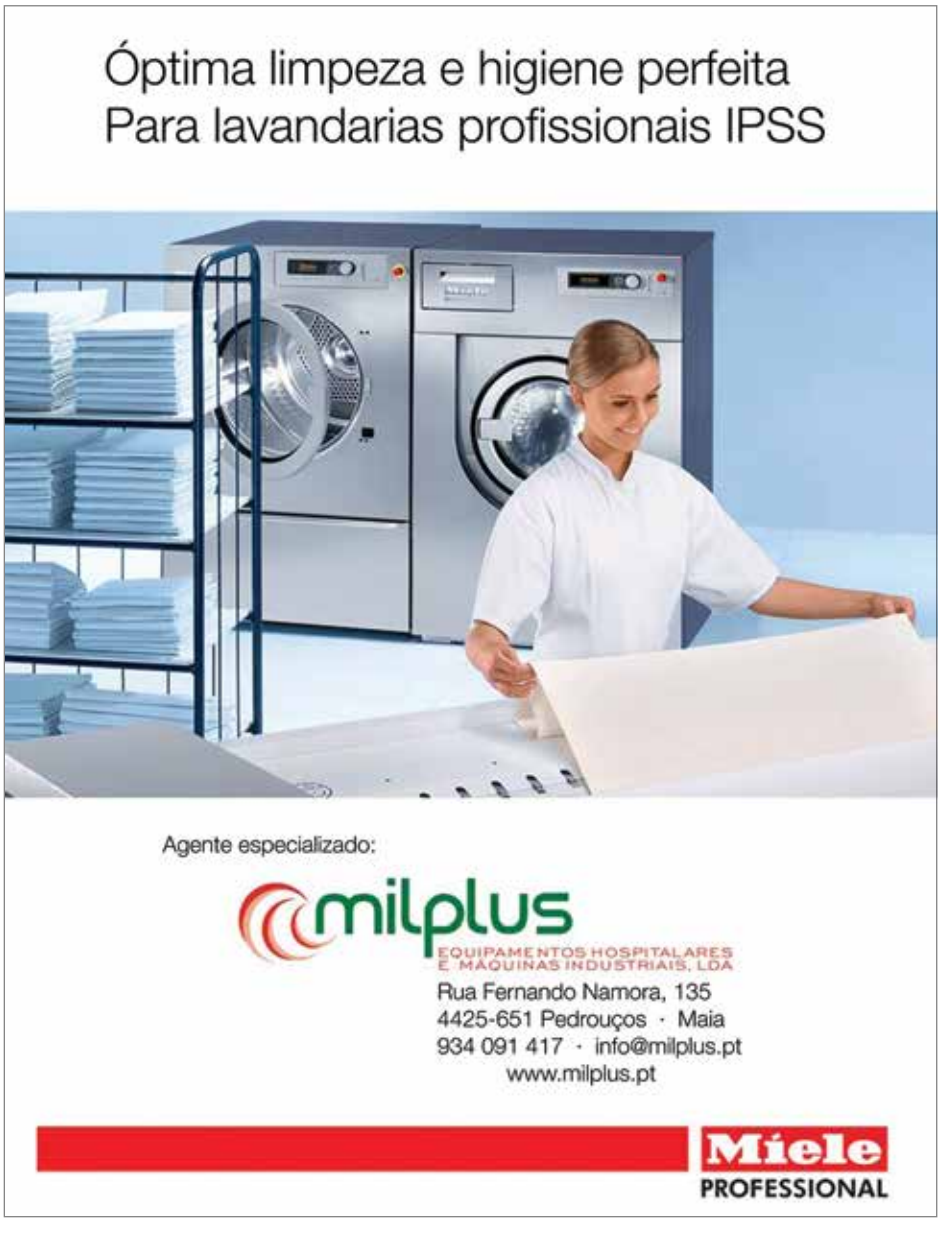
As 20 instituições abrangidas pela iniciativa Frota Solidária foram:

Santa Casa da Misericórdia de Valença; COOPfafe - Cooperativa de Solidariedade Social de Fafe; CERCIMONT - Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Montalegre; CERCIMAC - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados; Associação Portuguesa de Deficientes, em Amarante; Espaço T- Associação de Apoio à Integração Social e Comunitária, no Porto, Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva; Santa Casa da Misericórdia da Guarda; Centro Social e Paroquial da Carapinheira do Campo; Santa Casa da Misericórdia da Covilhã; CERCINA- Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Nazaré; Canto Firme de Tomar; Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel; FOSRDI - Centro Sagrada Família, em Algés; CERCIMOR - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, em Montemor-o-Novo; Santa Casa da Misericórdia de Évora; Fundação do Asilo de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Évora; AISGRA - Associação de Intervenção Social de Grândola; Cáritas, Angra do Heroísmo, Ilha Terceira; Causa Social - Associação para a Promoção da Cidadania, em Machico, Madeira.

"Ninguém hoje tem dúvida de que as instituições da economia social são decisivas no apoio a quem mais necessita e na construção e aprofundamento da coesão social. Estas instituições são a razão de estarmos aqui hoje. Se não tivéssemos estas instituições, que desenvolvem trabalho em prol das pessoas, certamente não teríamos Frota Solidária", afirmou, na sessão pública, António Tomás Correia, presidente da Fundação e do Grupo Montepio, acrescentando: "Sentimos que este é um projeto muito bem acolhido pelas instituições e muito sentido por centenas de cidadãos que se encontram vulneráveis por dificuldades de mobilidade".

À 12.ª edição da Frota Solidária candidataram-se 263 instituições, tendo sido distribuídas 20 viaturas pelas 20 selecionadas e ainda outros tantos seguros multirriscos automóvel, oferecidos pela seguradora Lusitânia, num valor total de 157.558,77 euros, angariados por via da consignação fiscal, convertidos em carrinhas adaptadas e transformadas.

Recorde-se que a Frota Solidária existe desde 2008 e é um projeto da Fundação Montepio que consiste na aquisição, transformação e adaptação de viaturas destinadas a apoiar IPSS, a responder a questões associadas à mobilidade e a contribuir para uma sociedade mais inclusiva e humanitária.

Ao longo de 11 anos, a Fundação Montepio recebeu 4,2 milhões de euros por via da consignação fiscal, apoiou mais de 223 instituições e aplicou 553 mil euros na aquisição de viaturas adaptadas. Desde 2008, candidataram-se a este projeto 3.516 IPSS.

FROTA SOLIDÁRIA
SUPERAR OBSTÁCULOS